



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**JUVENTUDES E DIREITOS: O SERVIÇO SOCIAL E O COMPROMISSO PELA
CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA A PARTIR DA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA.**

JOYCE APARECIDA DA LUZ COLAÇO

Foz do Iguaçu
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**JUVENTUDES E DIREITOS: O SERVIÇO SOCIAL E O COMPROMISSO PELA
CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.**

JOYCE APARECIDA DA LUZ COLAÇO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dr^a. Cristiane Sander

Foz do Iguaçu
2024

JOYCE APARECIDA DA LUZ COLAÇO

**JUVENTUDES E DIREITOS: O SERVIÇO SOCIAL E O COMPROMISSO PELA
CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Cristiane Sander
UNILA

Prof.^a. Dr.^a. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon
UNILA

Prof.^a. Dr.^a. Talita de Melo Lira
UNILA

Foz do Iguaçu, 11 de outubro de 2024.

Dedico este trabalho aos jovens do Centro da Juventude Jardim Naipi que aqui se fazem presente, sem vocês, nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço profundamente a minha professora e orientadora Cristiane Sander por acreditar e confiar no meu trabalho com as juventudes, reconhecendo todo o percurso de luta que me trouxe até aqui. Obrigada, professora, por me motivar com oportunidades de continuar na academia, mesmo nos momentos difíceis. Jamais esquecerei como você me incentivou a escrever com convicção sobre meus ideais.

À minha família, minha mãe Marilda Colaço, minha irmã Franciely Colaço e minha eterna avó Cecília Colaço, que mesmo sem condições financeiras, me incentivaram e ajudaram como puderam durante os longos anos de graduação, impedindo que eu desistisse do meu sonho de ser Assistente Social.

Ao meu companheiro, melhor amigo e meu amor, Raphael Sampaio, que sempre fez de tudo para que minha formação fosse prioridade em nossas vidas, cuidando de mim e da nossa família.

À minha amiga Eloiza Piovesan, se não fosse por você, me apresentando a UNILA, a Política de Permanência Estudantil e me incentivando a não desistir do ENEM em 2017, eu não teria chegado até aqui.

Aos meus melhores amigos Yago Mafra e Jéssica França, que nos últimos anos, me ouviram falar incansavelmente sobre a minha pesquisa e sempre me incentivaram a continuar neste caminho, mesmo que fosse difícil.

Aos meus amigos Ícaro Cavalcanti, Andreza Fiorin, Amanda Coutinho, Ingrid Dias, Samira Brito, Thiely Joaquim, Geovani Silva e Larissa Fernanda que se fizeram presentes no início e no final deste processo. Não poderia deixar de agradecer especialmente ao meu amigo e parceiro Daniel Felipe, nada deste trabalho seria possível sem você comigo nas extensões, você é um orgulho para mim e foi uma honra gigantesca tê-lo neste processo, este trabalho também foi feito por você!

Aos demais amigos que fizeram parte desta longa caminhada da minha formação profissional e que hoje trilham outros rumos de vida, cada um de vocês também são parte disto.

Por fim, agradeço a Deus e aos Orixás, especialmente minha mãe Oyá Bagan e meu pai Oxaguiã por cuidarem do meu caminho e me guiarem sempre pela sede por justiça no mundo dos homens.

*Eu digo, cada degrau a gente aprende a sofrer, viver,
morrer, sorrir e a chorar. Chorar pelo passado, pagar
pelos pecados, contando em cada sombra no seu sonho
atormetado. Acorrentado sei lá, drogado se pá.
Enfraquecido, injustiçado se afogando no mar, eu tô lá...
Lado a lado com a fé no coração, nem que pra isso eu
amanheça dormindo no chão (Mermão)*
Edi Rock - That's My Way

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) investiga a presença da Dimensão Educativa do Serviço Social na extensão universitária como ferramenta para a participação política juvenil, no contexto da consolidação da democracia e da luta de classes. O estudo se concentra em ações dos projetos de extensão "Juventudes e Direitos" e "A Voz da Juventude" da UNILA em 2022. O objetivo geral da pesquisa é evidenciar a Dimensão Educativa do Serviço Social nas ações de Extensão Universitária como instrumento de consolidação da democracia, analisando como essas ações podem potencializar a presença dos jovens nos espaços políticos. Esta é uma pesquisa qualitativa, que se baseia no Materialismo Histórico-Dialético e utiliza diferentes abordagens metodológicas como pesquisa bibliográfica, documental, participante e observação participante. Os objetivos específicos da pesquisa são: Conhecer através da história do Serviço Social sua Dimensão Educativa; Traçar um panorama histórico da profissão, analisando sua evolução e como a Dimensão Educativa se manifestou em diferentes momentos; Apresentar ações dos projetos de extensão "Juventudes e Direitos" e "A Voz da Juventude": Descrever detalhadamente as ações desenvolvidas pelos projetos, como as oficinas, programas de rádio e outras iniciativas que visam promover a participação política juvenil; Analisar as ações dos Projetos de Extensão a partir da ótica da Dimensão Educativa do Serviço Social enquanto instrumento de consolidação da democracia: Investigar como as ações dos projetos, ao promover a participação social e política de jovens, contribuem para fortalecer a democracia e garantir o acesso aos direitos e à construção de políticas públicas. A pesquisa se aprofunda nos projetos mencionados, analisando como a dimensão educativa do Serviço Social se manifesta em ações que promovem a participação social, política e a autonomia de jovens, utilizando o Estatuto da Juventude como base. As ações socioeducativas, como oficinas e programas de rádio, visam fortalecer a cidadania dos jovens, garantindo acesso à informação, direitos e espaços de representação. A pesquisa também analisa o relato de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU (Centro da Juventude Jardim Naipi) sobre a 9ª Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de 2022, e as ações que os prepararam para a participação. Os resultados indicam que a Dimensão Educativa do Serviço Social, presente nas ações desenvolvidas na extensão universitária, se configura como um instrumento fundamental no fortalecimento da democracia anticonservadora, por meio da participação social de jovens, especialmente em relação ao acesso aos direitos e à construção de políticas públicas. A pesquisa destaca a necessidade de aprofundar o debate teórico sobre a relação entre a docência, a formação profissional do Estágio Obrigatório Supervisionado e a Extensão Universitária. A pesquisa conclui que a Extensão Universitária e o Serviço Social são temas relevantes e contemporâneos que requerem maior aprofundamento teórico e metodológico no campo científico do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social; Extensão Universitária; Dimensão Educativa; Juventudes.

RESUMEN

Este Trabajo de Fin de Grado (TFG) investiga la presencia de la Dimensión Educativa del Trabajo Social en la extensión universitaria como herramienta para la participación política juvenil, en el contexto de la consolidación de la democracia y la lucha de clases. El estudio se centra en las acciones de los proyectos de extensión "Juventudes y Derechos" y "La Voz de la Juventud" de la UNILA en 2022. El objetivo general de la investigación es evidenciar la Dimensión Educativa del Trabajo Social en las acciones de Extensión Universitaria como instrumento de consolidación de la democracia, analizando cómo estas acciones pueden potencializar la presencia de los jóvenes en los espacios políticos. Se trata de una investigación cualitativa, basada en el Materialismo Histórico-Dialéctico, que utiliza diferentes enfoques metodológicos como la investigación bibliográfica, documental, participante y la observación participante. Los objetivos específicos de la investigación son: Conocer la Dimensión Educativa del Trabajo Social a través de su historia: trazar un panorama histórico de la profesión, analizando su evolución y cómo la Dimensión Educativa se ha manifestado en diferentes momentos. Presentar las acciones de los proyectos de extensión "Juventudes y Derechos" y "La Voz de la Juventud": describir detalladamente las acciones desarrolladas por los proyectos, como talleres, programas de radio y otras iniciativas que buscan promover la participación política juvenil. Analizar las acciones de los Proyectos de Extensión desde la perspectiva de la Dimensión Educativa del Trabajo Social como instrumento de consolidación de la democracia: investigar cómo las acciones de los proyectos, al promover la participación social y política de los jóvenes, contribuyen a fortalecer la democracia y garantizar el acceso a los derechos y la construcción de políticas públicas. La investigación se adentra en los proyectos mencionados, analizando cómo la dimensión educativa del Trabajo Social se manifiesta en acciones que promueven la participación social, política y la autonomía de los jóvenes. Los resultados indican que la Dimensión Educativa del Trabajo Social, presente en las acciones desarrolladas en la extensión universitaria, se configura como un instrumento fundamental en el fortalecimiento de la democracia anticonservadora, a través de la participación social de los jóvenes, especialmente con relación al acceso a los derechos y la construcción de políticas públicas. La investigación destaca la necesidad de profundizar el debate teórico sobre la relación entre la docencia, la formación profesional del Trabajo Social y la Extensión Universitaria. La investigación concluye que la Extensión Universitaria y el Trabajo Social son temas relevantes y contemporáneos que requieren un mayor desarrollo teórico y metodológico en el campo científico del Trabajo Social.

Palabras clave: Trabajo Social; Extensión Universitaria; Dimensión Educativa; Juventudes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABSS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ADEFICA	Associação das Pessoas com Deficiência Física de Cascavel
CDHMP	Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu
CEDCA-PR	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEJU	Centro da Juventude
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CNDCA	Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CRUTAC	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
DS	Democracia Socialista
EAD	Ensino A Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EJUVE	Estatuto da Juventude
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FORPROEX	Fórum De Pró-Reitores Das Instituições Públicas De Educação Superior Brasileiras
GT	Grupo de Trabalho
IC	Iniciação Científica
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPC	Modo de Produção Capitalista
OSC	Organização da Sociedade Civil
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PJ	Pastoral da Juventude
PR	Paraná
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária

PT	Partido dos Trabalhadores
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UPES	União Paranaense de Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DO CONSERVADORISMO AO PROJETO ÉTICO POLÍTICO	21
2.1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E AS INFLUÊNCIAS DA IGREJA CATÓLICA E DA BURGUESIA NA PROFISSÃO.....	21
2.1.1 Conservadorismo, Estado e o Movimento de Reconceituação.....	25
2.1.2. <i>A Ética Profissional do Serviço Social</i>	33
3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL	37
3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INSTITUCIONALIZAÇÃO NECESSÁRIA PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	38
3.2 A Dimensão Educativa do Serviço Social Brasileiro	42
4 PROJETOS DE EXTENSÃO JUVENTUDES E DIREITOS E A VOZ DA JUVENTUDE	48
4.1 DIREITOS DAS JUVENTUDES: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	50
4.2 Juventudes e Direitos	56
4.3 <i>A Voz da Juventude</i>	60
4.4 <i>Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi</i>	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
ANEXOS.....	77

1 INTRODUÇÃO

Desde cedo, estive envolta em situações que, para mim, não faziam sentido. Sempre fui uma criança questionadora, criada em uma família católica conservadora. Culturalmente vivenciei aspectos do conservadorismo da cultura ucraniana cristã, imersa em diversos paradigmas que uma criança fora dos padrões poderia viver e assim, sendo desde cedo considerada um “problema moral” por minhas ações e falas. Nunca concordei com tais afirmações ao meu respeito, afinal, eu era apenas uma criança que não aceitava a verdade como eram ditas, e os adultos não sabiam explicar as suas respostas. Perceber-se tão cedo em um mundo que não nos permite ser criança e não nos acolhe nos oferece duas opções: desistir ou lutar. Parece curioso uma criança pensar assim, mas essa foi a minha realidade, e ainda é a de muitas outras crianças que foram forçadas a amadurecer prematuramente. Morando em Cascavel-PR numa família monoparental formada por mulheres, vi minha cidade, meu bairro, sair da zona rural para a zona periférica. Essa transição do desenvolvimento do capitalismo agrícola, transformou as lutas sociais na cidade.

Quando adolescente, fugi de casa para dar um “rolê” com minhas amigas, que me rendeu um bom castigo, sendo privada de qualquer relação social com meus amigos considerados “bandidos” pela minha família. O único lugar que eu podia ir, era a igreja católica. Como não havia escolha, comecei a ir à igreja para tentar socializar com os jovens daquele espaço, acompanhada de uma amiga mais velha de confiança de minha mãe, fui conhecer um grupo de jovens da Pastoral da Juventude (PJ). No auge dos meus 15 anos, nunca imaginei que pessoas da igreja pudessem falar sobre assuntos políticos e foi ali o meu primeiro contato com o pensamento progressista, quebrando completamente a bolha conservadora que eu vivia na minha família e na igreja. Meu primeiro ato educativo foi, justamente, o ato de ser catequista. Posteriormente, comecei a participar das organizações dos grupos de jovens, enquanto coordenadora, planejava os debates, as temáticas e assim comecei cada vez mais a estar a par dos processos organizacionais da PJ Regional Sul II, pelos anos de 2013-2015. Nesse processo, conheci pessoas da PJ que militavam no Partido dos Trabalhadores (PT) e, embora minha família fosse conservadora, o PT sempre foi o partido de todas ali. Seria ali outro espaço que eu poderia ir com aval da minha família e lá fui eu, conhecer o movimento de partido político.

Em 2014, comecei o trabalho de base pelo Movimento Estudantil Kizomba Paraná, da corrente Democracia Socialista (DS) do PT. Amparada pelos mandatos dos

vereadores petistas da cidade, fazíamos a base estudantil indo nas escolas estaduais de Cascavel apresentar aos diretores e aos estudantes a Lei do Grêmio Livre (Lei Federal nº 7.398/1985) e o Estatuto da Juventude (Lei Federal 12.852/2013). A partir deste primeiro contato com as legislações, conseguíamos articular os grêmios estudantis nas escolas e realizar formações políticas com os estudantes que formaram os grêmios. Esse processo me fez optar em sair do movimento da PJ e trabalhar apenas no PT. A partir de uma filiação interna tive o incentivo de ser uma jovem protagonista e de liderança juvenil na época, com investimento do partido para participar das formações ético-políticas da DS-Paraná. Participei das Conferências de Juventude em todos os níveis: municipal, estadual e federal. Também pude participar dos congressos municipais e estaduais da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), tudo isso no ano de 2015 com 17 anos.

Alinhado à militância, estudava no ensino médio no período noturno e estagiava à tarde na Prefeitura Municipal de Cascavel, especificamente na Associação das Pessoas com Deficiência Física de Cascavel (ADEFICA). A escola e o estágio me incentivavam ainda mais a participar das conferências e dos congressos, enquanto representante da associação e também estudante. Embora minha família e eu sempre fôssemos usuários das Políticas da Rede Socioassistencial de Cascavel, foi na ADEFICA que tive a minha primeira aproximação da política institucional de fato. Eu já estava no último ano do ensino médio e a partir de toda minha vivência na militância e do estágio, cheguei à conclusão que gostaria de cursar Serviço Social. Fui muito incentivada pela minha supervisora do estágio, mas as opções do curso na cidade se limitavam apenas ao ensino privado e Ensino à Distância (EAD). Então em 2016, após sair do ensino médio, ingressei na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE-Cascavel), no curso de Letras Português e Espanhol, no qual apenas escolhi por ser a profissão de minha irmã. Durante o período desta graduação, passei a me afastar da militância estudantil, por começar a perceber contradições ideológicas com o que eu acreditava. Além do mais, por mais que eu fizesse os trabalhos de base, no fim das contas, os reconhecimentos sempre eram dos homens que não participavam do processo de militância e, essa contradição me afastou do Partido dos Trabalhadores e conseqüentemente de toda a militância estudantil.

Nos meus 19 anos, desacreditada da militância e em outro momento de vida, infeliz no curso de Letras, embora gostasse da área da educação, não gostava de Letras, além de muitos problemas pessoais, decidi conciliar Letras com Serviço Social em EAD e realizei o ENEM de 2017. Eu estava imersa na desilusão das possibilidades até que

uma amiga, que estudava em outra universidade federal, me apresentou a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Ela me explicou que nas minhas condições sociais, eu conseguiria acesso aos programas de permanência estudantil e foi assim que cheguei em Foz do Iguaçu em 2018. Nesse tempo, sozinha de verdade, percebi que não era madura como pensava quando tinha 14 anos, aqui me conheci de verdade. Embora toda minha trajetória na militância e na Unioeste fizeram parte do meu crescimento pessoal, foi só no Serviço Social que consegui dar nome às frustrações que não fazem sentido no mundo, das quais percebo desde quando era criança.

Foi a partir da apropriação dos aparatos teórico-metodológico da profissão que consegui compreender que o problema não era eu, na verdade, nunca foi! Isso só foi acontecer na pandemia de 2020, quando consegui refletir por todo o meu processo de vida pessoal e acadêmica, através do ócio. Porém, foi também durante a pandemia do covid-19 que as desigualdades se expressaram com mais intensidade no cenário brasileiro e tais circunstâncias afetaram diretamente a minha condição de sobrevivência na universidade. Esse contexto foi agravando ainda mais as dificuldades de sobrevivência em uma cidade “cara” de se viver, como é Foz do Iguaçu/PR. Em meio a esta situação, precisei buscar alternativas para não fazer parte da estatística de evasão da universidade por diversas formas, ao conciliar o formato Ensino Remoto Emergencial (ERE) com o trabalho assalariado, entre os anos de 2021/2022.

Sendo assim, o meu primeiro trabalho com Carteira de Trabalho assinada, foi em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), localizada na região do Porto Meira, Zona Sul de Foz do Iguaçu, uma instituição privada que presta diversos serviços de políticas sociais conveniadas à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Me inseri especificamente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), na ocupação de Educadora Social que trabalhava com crianças e adolescentes, atendidos pela Proteção Social Básica. Num primeiro momento, busquei conhecer a instituição, seus demais programas e projetos, os demais trabalhadores e o principal: os participantes atendidos. Realizei pesquisas documentais das diretrizes, busquei por resoluções de práticas do SCFV e observava que, os demais educadores e orientadores sociais da equipe não faziam essa conexão, realizando uma atuação um pouco quanto conservadora. Com a conciliação do meu aprofundamento teórico, a partir das obras de Yamamoto (2004) Yazbek e Yamamoto (2019), que caracterizam o conservadorismo e o Serviço Social brasileiro, que passei a perceber estas características não só nas oficinas realizadas, mas também na estrutura institucional. Segundo as autoras, o conservadorismo possui compromissos sociopolíticos ideológicos e

fundamentais na consolidação da sociedade capitalista, justificando e naturalizando as desigualdades causadas pelo Modo de Produção Capitalista, no Serviço Social chamamos de Questão Social¹.

Na prática, a Questão Social ali se apresentava através das expressões da luta pelo direito à moradia, uma vez que os atendidos moravam majoritariamente na Ocupação do Bubas², sendo a região do Porto Meira criada a partir de outras ocupações urbanas, que hoje são bairros. A desigualdade e a luta pela terra na ocupação, atrelada à falta de direitos básicos como saúde, educação, segurança, causam noções distorcidas e preconceituosas pela região acerca das condições morais e sociais dos moradores do Bubas. As pessoas que ali vivem, estão marginalizadas ao extremo e o conservadorismo ideológico aparecia nas falas problemáticas, como: “só estão ali porque querem” ou “só estão ali para pegar o terreno e venderem”. A assistente social da época, atrelava a suas perspectivas cristãs nos atendimentos; uma vez perguntei se ela conhecia o livro Código de Ética do Assistente Social Comentado (2012) e a mesma ficou surpresa com a existência desse material. Embora no começo eu achasse que ela era apenas uma vítima da formação profissional acrítica das instituições privadas, fui observando que suas características não eram alienadas e sim escolhas próprias, ela optava por defender valores conservadores.

Ao definir as características do conservadorismo, lamamoto (2004) apresenta como estas se manifestam a partir do que chama de profecia do passado, ideais que não se contrapõem ao capitalismo, mas o justifica e obscurece as contradições da sociedade. Essas características se radicalizam individualmente, pois, possuem no discurso a subjetividade do conceito de liberdade, a negação da ciência e reduz os pensamentos filosóficos a deduções sociais. O conservadorismo compreende a sociedade e seu modo de organização desigual como algo natural do mundo e não consequente do conflito/contradição entre classes sociais distintas. Yazbek e lamamoto (2019) caracterizam o pensamento conservador/conservadorismo no âmbito institucional, e salientam as concepções da defesa da ordem social, da disciplina e da doutrina do identitário burguês,

¹ A “questão social” é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais. A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985) (Yazbek, lamamoto, 2016, p.38)

² A Ocupação do Bubas, é a maior ocupação urbana do Estado do Paraná:

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Maior-ocupacao-do-Parana-comunidade-do-Bubas-inicia-projeto-de-regularizacao-fundiaria-com>

do individualismo, do ajustamento/desajustamento e da integração/desintegração de acordo com a natureza e personalidades grupais, conforme exploraremos neste trabalho.

Os interlocutores desse pensamento, justificam tensões das relações sociais como naturais e compreendem a sociedade como uma comunidade produtiva, na qual cada indivíduo possui a função da produtividade, com valores morais e subjetivos que são determinantes à sua condição social. Foi possível através da reflexão das autoras, que pude visualizar na instituição tais características do conservadorismo, porém, com o retorno das aulas presenciais no final do ano de 2022, saí deste local de trabalho. Com o retorno da vida na universidade, comecei a participar como voluntária no Projeto de Extensão “Juventudes e Direitos” e como bolsista no Projeto de Extensão “A Voz da Juventude” e em 2024, como bolsista de Iniciação Científica (IC) no projeto de pesquisa “Juventudes E Direitos - Lugar das Juventudes nas Políticas Públicas e no Orçamento Público em Foz Do Iguaçu/PR”. A partir de 2023, iniciei o Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social, junto ao Projeto de Extensão Juventudes e Direitos, permitindo-me continuar trabalhando com oficinas socioeducativas, só que dessa vez, com os jovens do programa: Agentes da Cidadania do Centro da Juventude Jardim Naipi de Foz do Iguaçu.

Diante disso, pude comparar as atuações profissionais e ter a percepção da diferença entre um trabalho político crítico e alienado, o que me fez refletir constantemente sobre as percepções da socioeducação que temos na sociedade e principalmente no Serviço Social, uma vez que eu enxergava no meu trabalho socioeducativo um espaço de formação política crítica, servida de base para conscientização de direitos na luta de classes. Oliveira *et al* (2015) apresenta uma compreensão de socioeducação em amplitude, partindo do entendimento que a educação ocorre em muitos contextos e espaços – na família, no trabalho, na vizinhança, na escola, na igreja, nos meios de comunicação, na política –, fato que implica a impossibilidade de reduzi-la apenas ao ensino escolar; ao contrário, o campo educativo é muito amplo e não se dá de forma isolada das relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Desse modo, partindo do pressuposto de que toda educação reflète uma visão de mundo e de sociedade, nota-se o porquê existem tantas concepções e práticas educativas. O autor ao apontar para o desenvolvimento das práticas socioeducativas com a intenção de formar sujeitos críticos que recusem o lugar social no qual foram colocados sem, contudo, romperem com as regulações sociais e éticas vigentes. Nesse sentido, pergunta-se: Qual é o debate do Serviço Social sobre e Dimensão Educativa e a Extensão Universitária?

O Serviço Social busca, constantemente, romper com os paradigmas do conservadorismo na profissão, e uma forma de instrumentalizar essa ruptura é difundir e apropriar-se do debate correspondente ao Projeto Ético Político-Profissional defendendo-o em meio a ofensiva conservadora contemporânea. A possibilidade da perspectiva crítica e contemporânea quanto aos anteriores processos socioeducativos, em que assistentes sociais se encarregaram de realizar no passado, como a organização da militância católica entre as décadas de 1930-1940 (Iamamoto, 2004), me trouxeram reflexões dialéticas que me levaram a refletir a Dimensão Educativa nos direitos das juventudes, sendo jovem, estudante e estagiária no campo da formação política. E nos Projetos de Extensão “Juventudes e Direitos” e “A Voz da Juventude”, que realizam práticas educativas, comunicam, informam e formam sobre os aspectos de relevância da democracia participativa e a importância da participação social nas mudanças estruturais das sociedades, com as lutas sociais em suas diferentes propostas e diversidades através do fortalecimento das lutas coletivas, vi a Dimensão Educativa do Serviço Social presente e por isso, utilizo-os enquanto objeto desta pesquisa. Em concordância a Yazbek e Iamamoto, os “assistentes sociais realizam uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los (2019, p.41 e p.56)”, tais práticas, desde a organização, planejamento, referenciais teóricos, métodos informativos, entre outras técnicas e competências, são ações cotidianas do trabalho dos assistentes sociais nos diferentes espaços de trabalho em que estão inseridos, no qual contemporaneamente refletem nos processos de organização e de formação política através da dimensão educativa. Como podemos instrumentalizar a Dimensão Educativa do Serviço Social na Extensão Universitária?

A presente pesquisa se insere no debate contemporâneo sobre o papel do Serviço Social na construção de uma sociedade mais justa e democrática, dentro do contexto da extensão universitária, com foco na participação social de jovens. Abordando a dimensão educativa da profissão, o trabalho investiga a potencialidade da Extensão Universitária como ferramenta para o fortalecimento da democracia, a partir da garantia de direitos e da construção de políticas públicas de juventude. Quanto à relevância social do tema, implica na compreensão de como e de que forma as funções educativas presentes e/ou informadas nas ações do Serviço Social podem estimular uma educação política, sem incorrer na violação dos direitos e sendo comprometida com os interesses na universalização dos direitos dos jovens trabalhadores contra o conservadorismo e forças

regressivas, que em sua maioria, levam à interrupção e/ou fragilização dos vínculos comunitários e familiares.

O estudo se fundamenta nas ações desenvolvidas nos projetos de extensão "Juventudes e Direitos" e "A Voz da Juventude" da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em 2022. A presente pesquisa se estrutura em duas etapas principais: a primeira, de caráter histórico-conceitual, analisa a gênese do Serviço Social no Brasil, evidenciando suas raízes conservadoras e sua trajetória de reconceitualização, em busca de uma perspectiva crítica e emancipadora. Em seguida, investiga o processo de institucionalização da Política Nacional de Extensão Universitária, destacando sua importância para a democratização do conhecimento e a participação social. A segunda etapa da pesquisa se concentra na análise das ações dos projetos de extensão "Juventudes e Direitos" e "A Voz da Juventude", com foco na promoção da participação social, política e de autonomia dos jovens.

O trabalho descreve as oficinas e programas de webrádio desenvolvidos, investigando como essas ações contribuem para a conscientização e o fortalecimento da cidadania dos jovens, visando a garantia ao acesso à informação, direitos e espaços de representação. Considerando que os direitos das juventudes são intersetoriais e não isolados, não há como pensar em uma política inerente ao acesso aos demais direitos. É necessário fortalecer o acesso a políticas existentes para que haja uma maior responsabilização do Estado na garantia de direitos. A partir das questões norteadoras *"Qual é o debate do Serviço Social sobre a Dimensão Educativa e a Extensão Universitária?"* e *"Como se instrumentaliza a Dimensão Educativa do Serviço Social na Extensão Universitária?"* tenho como objetivo geral, evidenciar a Dimensão Educativa do Serviço Social nas ações de Extensão Universitária como instrumentos de consolidação da democracia. Os objetivos específicos da pesquisa são: Conhecer através da história do Serviço Social sua Dimensão Educativa; apresentar ações dos projetos de extensão "Juventudes e Direitos" e "A Voz da Juventude" e analisar as ações dos Projetos de Extensão a partir da ótica da Dimensão Educativa do Serviço Social enquanto instrumento de consolidação da democracia.

Portanto, tem-se como referencial teórico metodológico o Materialismo Histórico-Dialético, fundamentado nos principais autores presentes neste trabalho: Barroco (2009), Castro (2000), Iamamoto (2000; 2004; 2019), Lenin (1962;1966), Marx (2000), Martinelli (2000), Netto (1999; 2005) e Yazbek (2019). E esta é uma pesquisa exploratória qualitativa, que utiliza diferentes abordagens metodológicas e técnicas, tais como: Pesquisa

Bibliográfica; Pesquisa Documental; Pesquisa Participante e Observação Participante. O trabalho estrutura-se da seguinte forma, abordando os seguintes temas: Serviço Social Brasileiro do conservadorismo ao projeto Ético Político, onde faço um resgate histórico da profissão, analisando a influência do conservadorismo e a busca por uma perspectiva crítica e emancipadora no processo de ruptura e do posicionamento profissional estabelecidos pelo Código de Ética do Assistente Social (1993) e do Projeto Ético Político do Serviço Social. Posteriormente, abordo sobre a Extensão Universitária no Brasil, sua institucionalização pela Política Nacional de Extensão Universitária, contextualizando o papel da extensão na formação profissional e na atuação do Serviço Social, através da Dimensão Educativa.

Por fim, trago ao debate as ações dos Projetos de Extensão Juventudes e Direitos e A Voz da Juventude, apresentando os projetos de extensão, seus objetivos, metodologias e ações. Darei destaque a uma das ações que envolve a participação dos adolescentes e jovens na 9ª Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Foz do Iguaçu, que está no Programa nº17 A Voz da Juventude - "Relatos de Experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi", realizando uma análise da experiência dos jovens durante a 9ª Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de 2022, com foco na participação social e política e como essas ações se instrumentalizam e se fundamentam no Projeto Ético Político do Serviço Social. E por fim, as Considerações Finais, com a discussão dos principais resultados da pesquisa, abordando a importância da dimensão educativa do Serviço Social na Extensão Universitária para a consolidação da democracia e para a garantia de direitos de jovens, e a necessidade de implementação da Curricularização da Extensão no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNILA. Desta forma, a presente pesquisa contribui para o debate sobre o Serviço Social na promoção da participação social de jovens, evidenciando a importância da dimensão educativa da profissão e a necessidade de fortalecer a atuação do Serviço Social na Extensão Universitária como instrumento de transformação social e consolidação da democracia.

2 SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DO CONSERVADORISMO AO PROJETO ÉTICO POLÍTICO

O Serviço Social surge e se torna necessário diante das contradições do sistema capitalista e de sua relação dialética aos contextos de opressões e desigualdades oriundas desta sociedade. Aprender a história dessa profissão no Brasil, é aprender sua função social no desenvolvimento da sociedade capitalista e no controle das classes sociais dentro desse sistema, muitas vezes através de práticas que escancararam contradições. Neste capítulo, explorarei na gênese do Serviço Social brasileiro sua fundamentação a partir das doutrinas sociais da Igreja Católica que posteriormente, em conjunto com a burguesia e o Estado, deram à profissão as particularidades do conservadorismo enquanto identidade profissional. A partir deste apanhado histórico, farei uma reflexão sobre a perspectiva crítica e emancipadora presentes no processo de ruptura, materializando direcionamentos do posicionamento profissional, estabelecidos pelo Código de Ética do Assistente Social (1993) e na concepção de um Projeto Ético Político do Serviço Social.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E AS INFLUÊNCIAS DA IGREJA CATÓLICA E DA BURGUESIA NA PROFISSÃO

O Serviço Social não é o mesmo em todos os países e de forma geral, não há como negar as condições sócio-históricas nas quais se estabelece no Brasil, inicialmente como ação estratégica de controle da burguesia na luta de classes presente no Modo de Produção Capitalista (MPC)³. Dessa forma, é necessário um resgate histórico do contexto no qual emergiu a profissão no Brasil, lembrando e compreendendo o papel central da Igreja Católica na formação dos assistentes sociais brasileiros, fundamentado no caráter solidário, religioso e conservador.

A partir das décadas de 1930 e 1940, a Igreja Católica buscou contrapor-se sobre as questões históricas emergidas naquele período, colocando-se como “terceira

³ O MPC é a relação econômica-social da venda de mão de obra assalariada em acordo (formal ou informal) entre o trabalhador e o burguês capitalista, nessa relação, o trabalhador entrega antecipadamente sua única mercadoria de valor (sua força de trabalho) ao dono dos meios de produção, que o paga após dias de trabalho. O capitalista também é detentor das mercadorias de subsistência humana, explorando e lucrando também nas necessidades mais básicas (água, alimento, saúde). Nas palavras de Marx: *Em todos os países em que reina o modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de já ter funcionado pelo período fixado no contrato de compra, por exemplo, ao final de uma semana. Desse modo, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele a entrega ao consumo do comprador antes de receber o pagamento de seu preço e, com isso, dá em crédito ao capitalista.* (Marx, 2013, p.321)

via” entre o liberalismo do capitalismo e o socialismo do comunismo; harmonizando os conflitos de classe a partir do comunitarismo cristão, com intencionalidade de “amansar o avanço da vanguarda socialista no movimento operário” (Iamamoto, 2004, p.18-19). Aproveitando a polarização ideológica⁴ presente na sociedade deste período, a Igreja Católica realizava ações de controle da classe trabalhadora para desarticular os movimentos sindicais, realizando ações educativas com as famílias dos trabalhadores em greve. Estas ações educativas, norteadas pela Igreja Católica, foram as primeiras ações de caráter educativo presente no bojo do Serviço Social. Entende-se que no período de 1930-1940, serviram como ferramenta de expansão da moralidade conservadora da instituição cristã na sociedade. Ao mesmo tempo em que os movimentos grevistas e as lutas populares também incomodavam a burguesia, surge uma outra oportunidade para a Igreja *servir* à burguesia, que se vê agora apoiada ao Estado, enquanto instituição de controle para determinar ações de cunho político-econômico. Parafraseando Castro, “as classes dominantes procuram direcionar as lutas populares, enquadrando-as no âmbito da legislação burguesa, cuja tramitação e controle cabem ao Estado” (Castro, 2000, p. 45).

É preciso destacar que neste período, foi articulada no Brasil para enquadrar padrões sociais e morais da burguesia, diante do indissociável contexto com o desenvolvimento do modo de exploração capitalista no país. Com atuação historicamente interventiva que *servia* para adequação dos trabalhadores e encorajá-los a serem contra a luta por melhores condições de trabalho e de vida dos movimentos de greve. Alguma das primeiras características do Serviço Social, enquanto uma possível profissão, tem historicamente como principal objeto de trabalho, as expressões da Questão Social⁵, que nessa época intervinha através do assistencialismo católico.

[...] é nesta ótica que se deve visualizar a relação igreja-serviço social, pois os vínculos daquela com o assistencialismo profissional foram mudando de caráter conforme as transformações sociais reclamaram uma redefinição não só do assistencialismo católico, mas também da doutrina social da igreja, das suas políticas e relações de poder no bojo do novo quadro emergente de forças [...] A

⁴ Compreende-se aqui como ideologia o sentido filosófico, enquanto um conjunto de valores morais, princípios e doutrinas que a burguesia valoriza e reproduz a partir de sua consciência, no plano da consciência e da percepção social da realidade dos trabalhadores, para justificar, naturalizar e expressar um sistema de exploração da classe e o acúmulo de suas riquezas.

⁵ A “questão social”² é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais. A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985) (Yazbek; Iamamoto, 2016, p.38)

Ação Católica (*e, por extensão o Serviço Social*) prende-se a um projeto de recuperação da hegemonia ideológica da igreja - incentivado oficialmente pela hierarquia e tendo como suporte as encíclicas papais, lutando contra o materialismo liberal e contra a agitação social de carís anarco-comunista. (Castro, 2000, p.47-48 - Grifos do autor)

Conforme nos lembrou Castro (2000), a Igreja passava por um momento de mudanças no quesito do seu poder na sociedade e o processo de formação profissional do Serviço Social vem interlaçado ao fim da polarização ideológica e o início das intervenções sociais feitas pelo Estado. As mudanças societárias no país foram ocorrendo e a Igreja Católica foi perdendo força institucional, deixando de ser uma ferramenta autônoma aos movimentos sociais e das iniciativas de controle social, ao mesmo tempo em que também foi perdendo força ideológica mundial. Buscando renovar-se em meio aos novos contextos em que se encontrava, havia uma necessidade mística da Igreja em se inserir nos espaços que para ela são predestinados, como os espaços de caridade (Iamamoto, 2004).

Nestes espaços, encontravam-se as mulheres das famílias burguesas que atuavam como conciliadoras junto às mulheres trabalhadoras, ali o Serviço Social veio a calhar, ao explorar uma perspectiva de profissionalização das mulheres burguesas para intervirem com as famílias trabalhadoras. As abordagens profissionais eram realizadas através da Igreja Católica, com a vanguarda do Estado na mediação das expressões da Questão Social através dos movimentos da Ação Social e da Ação Católica. A Ação Católica foi o início da dualidade totalitária da Igreja Católica, numa concepção que segundo Iamamoto, representou a “reação contra a apostasia de amplas massas [...] isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa” (Iamamoto, 2004, p.20), ficando na defensiva e sem autonomia aos movimentos meios de luta:

O Serviço Social aparece aos militantes desses movimentos como uma *alternativa profissionalizante às suas atividades de apostolado social*, num momento de profundas transformações sociais e políticas. A Ação Social e a Ação Católica logo se tornam uma das fontes preferenciais de recrutamento desses profissionais. A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, como base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais, vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodutora da pobreza, *o Serviço Social propõe uma ação educativa* entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. [...] A Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da religião: quando ela, de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo, de uma sociedade no seu total), torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve possuir um partido próprio (...) a Ação Católica representa a reação contra apostasia de amplas massas, impotente,

isto é, contra a superação da massa da concepção religiosa do mundo [...] A Igreja portanto está na defensiva, perdeu autonomia de movimentos e de iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas uma *força subalterna* (Iamamoto, 2004, p.20) – Grifos da autora e meus.

Tais ações de intervenções educativas, com caráter solidário/caritativo, mas ao mesmo tempo, assistencialista, bebiam de fontes do iluminismo e do liberalismo europeu. Expandindo o discurso da moralidade burguesa sobre o papel do Estado nas intervenções com os gastos sociais. Desta forma, mistificam-se às desigualdades sociais causadas pelo acúmulo do capital e culpabiliza-se o trabalhador por sua miséria, mascarando as contradições expostas nas relações sociais brasileiras a partir do assistencialismo do Estado. A função social do capital-trabalho, determinada pelo controle ideológico da burguesia diante da classe trabalhadora, caracterizou fundamentalmente a *dimensão educativa* do Serviço Social brasileiro, garantindo a reprodução de mão de obra adaptada, conforme discorrerei ao decorrer deste trabalho. Assim, o Serviço Social aparece nesse momento como uma iniciativa de grupos e frações de classes dominantes (Iamamoto, 2004), que se expressavam através da Igreja, a partir de um conservadorismo moral, caridoso e comunitário diante das intervenções à Questão Social com determinações fundamentadas em um modelo societário:

O conservadorismo não é assim apenas uma continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas de herança intelectual do século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade. (Iamamoto, 2004, p. 23)

O Serviço Social posiciona-se a serviço da burguesia e do Estado, com o objetivo de moldar a classe trabalhadora através de suas intervenções educativas para conter ou prevenir conflitos na luta de classe. Tais ações pedagógicas reforçaram as desigualdades sociais, naturalizando-as e tratando as expressões da Questão Social como um problema moral e individual. Destaca-se que a moralidade burguesa é embasada no *conservadorismo* e isso é importante para a compreensão dos fundamentos da profissão, principalmente neste período, em que Estado se tornou o principal contratante dos profissionais do Serviço Social, em uma nova conjuntura da história do desenvolvimento capitalista no contexto brasileiro.

2.1.1 Conservadorismo, Estado e o Movimento de Reconceituação

O conservadorismo caracterizou-se nas práticas de intervenção do Serviço Social e como presença ideológica dentro do campo acadêmico das Ciências Sociais. Sua principal função ideológica é o pensamento da anulação das desigualdades causadas pelo capital, é uma herança da reprodução social dos moldes de vida da burguesia. Sua influência de pensamento se refere às desigualdades e contradições da Questão Social deixando de lado a noção comunitária católica como parâmetro, e se incorporam novos princípios da caridade, que por muito tempo nortearam as ações da profissão:

É importante destacar que, na base desse conservadorismo, há um *componente utópico* assimilado pelo Serviço Social, fruto desse universo teórico, balizando a filosofia humanista cristã. A comunidade ressurge aí como utopia, nos quadros de um reformismo conservador, e orienta a ação profissional. (Iamamoto, 2004, p.27)

As ações interventivas dos assistentes sociais passam a fomentar um ideal de solidariedade mútua entre a burguesia e a classe trabalhadora – que devem ser solidários uns com os outros, naturalizando as formas de exploração e dando a sensação de comunidade produtiva e harmônica entre humanos. Esse processo fundamentou as ações profissionais e a falsa analogia de igualdade entre as classes sociais. Os assistentes sociais passaram a ter em sua identidade, aspirações a detentores do poder diante da classe trabalhadora, tais aspirações eram definidas pelo Estado e pela burguesia, atribuindo aos profissionais a identidade conservadora e a moralidade burguesa, compostos de funcionalidades alienadas aos planos do desenvolvimento do capital no país, como nos mostra Martinelli:

Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade. Através dessa mistificação do capitalismo, o Estado e a classe dominante procuravam naturalizar sua política controlista e repressiva, situando-a como um instrumento indispensável para garantir a ordem social. [...] No plano do discurso oficial, o objetivo se situava na busca do consenso entre o governo e os diferentes setores da sociedade civil e, mais ainda, na tentativa de restaurar o clima de ordem social. Tal discurso era recebido com grande entusiasmo pelos grupos mais conservadores da sociedade, que viviam em permanente tensão em face dos movimentos políticos e reivindicatórios que marcaram o cenário social, especialmente nos anos de 1930 e 1935. (Martinelli, 2000, p. 124)

A profissão aparece, assim, como um mecanismo do Estado⁶ e da burguesia para dominar e padronizar as ações e as relações sociais na luta de classes. lamamoto (2004) compreende que o Serviço Social incorpora os princípios conservadores e moralistas a partir de seu trabalho de “formador doutrinário”, realizado por grupos da burguesia através da Igreja, remete ao trabalho de “catequistas” de classe, com metodologias educativas e de práticas culturais que serviam aos moldes da reprodução do conservadorismo burguês.

Aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os “problemas sociais” de militantes, especialmente femininas, do movimento católico a partir de um contato direto com o ambiente operário. Está voltado para uma ação de *soerguimento moral* da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre as “massas atomizadas social e moralmente”, busca estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano. (lamamoto, 2004, p.19)

Para a autora, o conservadorismo se manifesta como a profecia do passado e não se contrapõe ao capitalismo, na verdade, justifica e defende, obscurecendo as contradições próprias da sociedade capitalista. Tais características se radicalizam individualmente, pois, possuem ideais de liberdades subjetivas e intrínsecas à “anticiência”, buscando reduzir pensamentos filosóficos às meras deduções sociais, compreendendo a sociedade e seu modo de organização desigual como algo natural do mundo e não consequente da contradição capital-trabalho. Yazbek e lamamoto (2019) ao caracterizarem o pensamento conservador ou conservadorismo no âmbito institucional, salientam a defesa da ordem social, da disciplina e da doutrina do identitário burguês, do individualismo, do ajustamento/desajustamento e da integração/desintegração de acordo com a natureza e personalidades grupais.

Os conservadores, naturalizam e individualizam as tensões nas relações sociais e compreendem a sociedade como uma *comunidade produtiva*, na qual cada indivíduo possui uma função (produzir lucro à burguesia), com valores morais e subjetivos, que determinam sua condição social. Netto (2005), apresenta processos sócio-históricos que marcaram a construção da profissão no Brasil com uma análise crítica dos aparatos

⁶ É importante destacar o papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo brasileiro: “Por um lado, temos a modernidade econômica para o grande capital, que vem contando com o decisivo apoio do Estado via subsídios fiscais, creditícios e outras formas protecionistas estimuladas com a expansão monopolista, sob a égide do capital financeiro. Ou seja, o Estado a serviço da modernização tecnológica, agrícola e industrial, efetuada pelos grandes grupos econômicos, regulando e subsidiando a acumulação privada’. Assim, o Estado vem marcando uma forte presença no apoio às chamadas “classes produtoras”, aliada a uma débil participação na reprodução e socialização da força de trabalho.” (lamamoto, 2000, p.154)

teóricos-metodológicos que basearam a profissão para visualizar como o conservadorismo e a autocracia burguesa influenciaram de maneira direta no Serviço Social no país. Destacou-se o Estado brasileiro e sua particularidade própria de formação institucional nas décadas de 1930-1950, e posteriormente durante o ciclo da autocracia burguesa entre 1960-1980, atuando como um vetor de desestruturação. Para Netto (2005), o Estado brasileiro historicamente serviu como vetor contra a imersão das vontades coletivas seja por repressão ou desconfiguração das agências de interesses da classe trabalhadora, como um padrão compositório e articulado para com a burguesia.

O Estado erguido pós-64 teve por finalidade assegurar o desenvolvimento dependente do país, assumindo o papel de repassador de renda para os monopólios a fim de entrar na economia mundial e ser mediador de conflitos setoriais e intersetoriais. Sua funcionalidade econômica e política burguesa, determinou as bases sociais de apoio e de recusa, sendo antinacional e antidemocrático, resultando em regimes políticos, confluindo aos monopólios imperialistas e a oligarquia financeira nativa. Abrindo um mercado de trabalho fundamental para os assistentes sociais, que atuaram na reorganização do Estado e na modernização da burguesia conservadora. É no período da ditadura militar, inseridos em espaços corporativos do mercado de trabalho (principalmente nas políticas de controle do Estado), que os assistentes sociais se familiarizam com exercício profissional burocrático-administrativo e passaram a interagir com maior frequência junto a outras profissões e diferentes áreas de conhecimento. Tais contextos repressivos do Estado, no qual o Serviço Social brasileiro estava inserido, faziam os profissionais refletirem sobre sua atuação profissional, que não pareciam mais corresponder às demandas diante dos acontecimentos sociopolíticos da repressão. Sinalizando uma intenção de ruptura com o conservadorismo em processo de renovação⁷ profissional, que ainda possuía traços

⁷ Preliminarmente, deve ser salientado que o movimento de reconceituação do Serviço Social - emergindo na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década - foi, na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*. (Iamamoto, 2000, p.205)

“tradicionais”, Netto (2005) destaca três eixos fundamentais desse período: a Modernização Conservadora⁸, a Reatualização do Conservadorismo⁹ e a Intenção de Ruptura¹⁰.

Conforme Netto (2005, p. 123) a modernidade trouxe uma nova perspectiva para o Serviço Social “tradicional” e a profissão foi compelida a integrar o conjunto de procedimentos administrativos ‘modernos’. É nesse contexto que a profissão passa a se desvincular de uma ligação direta com a Igreja Católica, uma característica da renovação da categoria sob a autocracia burguesa. Na prática, essa característica renova-se às bases teórico-metodológica das intervenções nos trabalhos dos assistentes sociais, mas a intencionalidade das práticas ainda era conservadora, porém agora, o conservadorismo é objetivado à globalização da época. O assistente social passa a exercer sua prática com um viés racional e deixa de lado o confessionalismo¹¹, passando por mudanças no processo da formação profissional em todo o território brasileiro. Torna-se um componente do âmbito universitário fundamentado teoricamente pelas ciências sociais - sociologia, psicologia social, antropologia. Os fundamentos teóricos absorvidos pelos profissionais, até então, eram assépticos e tecnocráticos e correspondiam à política educacional adotada pela autocracia burguesa, assim como o contexto de industrialização em massa que ocorria no país.

Em outras palavras, isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia de se gestarem alternativas às práticas e às concepções que ela demandava. (Netto, 2005, p.129)

É neste contexto que o Serviço Social passou a vivenciar o início de seu processo de renovação. Com a inserção do pensamento social contemporâneo e do pluralismo, buscou corresponder às demandas da sociedade, legitimando sua prática interventiva e se validando teoricamente.

⁸ Modernização Conservadora: papel fundamental na refuncionalização do Estado – estrutura do funcionalismo americano – tendo como característica a culpabilização do sujeito e o não questionamento a estrutura social (Documento de Araxá e Teresópolis).

⁹ Reatualização do Conservadorismo: recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão como a fenomenologia. Processo gradual que dura de uma a duas décadas, tendo como característica do limite da profissão a ajuda psicossocial.

¹⁰ Intenção de Ruptura: Esse foi um momento de autocrítica do Serviço Social, partiu através da necessidade da profissão mediante aos atentados à democracia e aos direitos civis norteados pela Ditadura Militar, com finalidade de romper com a tradição positivista e o reformismo conservador nas intervenções sociais. Só acontece após a aproximação da profissão com os movimentos sociais.

¹¹ Expressão oriunda de um princípio doutrinário de um sistema de governo que une política e religião.

Em outros termos: se a profissão é socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas, as quais conferem uma direção social predominante à prática profissional - condicionando ou mesmo ultrapassando à vontade e consciência de seus agentes individuais -, ela é também produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente, em condições sociais dadas (Iamamoto, 2000, p.206)

Diante das condições impostas pela autocracia burguesa, o Serviço Social começou a se questionar criticamente a partir de suas relações de trabalho com movimentos sociais, sindicatos e o contato com outras áreas do conhecimento e suas referências teóricas. Atrelado a um período histórico mundial da Guerra Fria (1947-1991), o Brasil teve laços políticos profundos com o Capitalismo Estadunidense, mantendo relações de dependência econômica-social. Foi a partir de aproximações acadêmicas com as ciências sociais que a profissão passou ter contato com fontes Marxistas, como principais bases teóricas, o que permitiu (re)pensar o fazer profissional atrelado a realidade, introduzindo o método do materialismo histórico-dialético nas reflexões da realidade profissional. É importante destacar que neste período da ditadura militar, crescia-se no país o movimento democrático pelo fim da repressão, o que pressionou ainda mais o Serviço Social a compreender a intencionalidade e a complexidade da sua relação com a sociedade:

Essa primeira forma de aproximação redundou no chamamento dos profissionais ao *compromisso político*, o que sugeria a necessidade de se dispor de um ponto de vista de classe na análise da sociedade e do papel da profissão nessa sociedade. Esse ângulo de visão, alimentado apenas pela prática e pela vontade política, mostrava-se, em si, insuficiente para desvelar tanto a herança intelectual do Serviço Social como sua prática no jogo das relações de poder econômico e nas relações do Estado com o movimento das classes sociais. Tal exigência não depende apenas de uma *ação político-moral*, mas supõe uma *consciência teórica* capaz de possibilitar a explicação do processo social e o desvelamento das possibilidades de ação nele contidas. Ora, se a consciência teórica tem suas raízes nas relações econômicas e nas lutas de classes historicamente determinadas, ela não surge espontaneamente de tais relações e lutas. Exige, para a sua construção, uma interlocução crítica com o conhecimento científico acumulado²⁶⁰, um trabalho rigoroso de elaboração intelectual, o que, na reconceituação, não foi possível acumular a contento. (Iamamoto, 2000, p.209)

A partir da década 1980, a profissão percebe com maior clareza a necessidade de (re)pensar seus referenciais teóricos, metodológicos e políticos, num contexto de enfrentamento ideopolítico, causado pela ditadura militar. Iamamoto (2000) considera importante este contexto no qual a profissão se encontrava, pois era um momento de luta contra a ditadura, em que a profissão se coloca a dispor com os movimentos sociais e com as universidades, que pelo caráter crítico e de luta, eram espaços frequentemente perseguido pelos militares. Cabe ressaltar, que é nesse período

que os assistentes sociais vinculados aos partidos políticos e movimentos sociais, começaram a ter suas primeiras aproximações com algumas teorias revolucionárias:

A esse universo teórico eclético, soma-se, ainda, pela via predominantemente acadêmica, rudimentos do estruturalismo marxista de Althusser, em especial suas análises dos "aparelhos ideológicos do Estado" e seu debate sobre a "prática teórica". Apreciando tais caminhos teóricos, que moldaram o acercamento da Reconceituação aos múltiplos "marxismos", constata-se que o personagem mais ausente é o próprio Marx, em outras palavras: *foi a aproximação a um marxismo sem Marx*. O resultado foi um universo teórico presidido por fortes *traços ecléticos*, dando lugar a uma "invasão, às ocultas, do positivismo no discurso do marxista do Serviço Social". Traço eclético potenciado por uma herança intelectual e política de salientes raízes conservadoras e positivistas, da qual o Serviço Social é caudatário o contra a qual se insurgia o movimento de reconceituação. Esse *eclétismo*, expressando-se como conciliação no plano das ideias, aliava-se a um tipo de *chamamento à militância* que diluía as bases propriamente profissionais, típicas da inscrição do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho. Tais características marcaram as formas iniciais da aproximação do Serviço Social latino-americano ao marxismo. (Iamamoto, 2000, p.210-211)

Esse universo de eclétismo teórico que consolidou a disputa ideológica da intenção de ruptura do Serviço Social com o tradicional¹², do movimento de reconceituação dentro nos espaços de formação profissional que ocorre em perspectiva de aprofundamento teórico, metodológico e ideológico, diante das práticas operativas que a profissão realizava ao decorrer de sua existência. Diante da perspectiva do desenvolvimento do capitalismo no país e conforme nos relembra Iamamoto (2019) sobre o "Método de BH", das práticas da pesquisa e do movimento científico crítico da profissão que começou a tomar forma em contraposição ao tradicionalismo:

A Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), integrada aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano nos países de língua espanhola, constrói um projeto acadêmico que abrange a formação teórico-prática e o exercício profissional. [...] O conhecido "Método BH" é uma das expressões dessa experiência ao lado da proposta de formação acadêmica, que confrontam linhas teóricas dominantes na academia e nas entidades da categoria, como Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess), o Conselho Federal de Assistentes Sociais e respectivos Conselhos Regionais (CFAS-Cras). [...] esse movimento representou as primeiras aproximações do Serviço Social à diversificada tradição marxista. Ela foi apoiada em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, dentre outros. [...] Tais preocupações canalizam-se para a *reestruturação da*

¹² "Por Serviço Social 'tradicional' deve-se entender a prática empirista, reiterativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina. Evidentemente há um nexo entre ambos: estão parametrados por uma ética liberal-burguesa e sua teleologia consiste na correção - de um ponto de vista claramente funcionalista - de resultados sociais considerados negativos ou indesejáveis, com um substrato idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressupondo a ordenação capitalista como um dado factual ineliminável. NETTO, J. P. "La crítica conservadora a la reconceptualización" (Iamamoto, 2000, p.205)

formação profissional que articule ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica e da produção criadora de conhecimento no estreitamento de seus vínculos com a sociedade (Iamamoto, 1998, p. 209). As unidades de ensino foram o *locus* principal, ainda que não exclusivo, desse movimento. (Iamamoto, 2019, p.444-446)

É a partir da prática profissional¹³ que a categoria polarizava o debate no processo de ruptura e na busca teórica de um novo conceito profissional, embora imersa no reformismo conservador (Iamamoto, 2004), esse cenário muda gradualmente a partir da mercantilização da profissão e da intervenção do Estado nas expressões sociais da globalização dependente brasileira com a tecnocratização da profissão.

A ruptura foi sendo construída no processo mesmo de aprofundamento das premissas e propósitos do movimento de conceituação. Seu desenvolvimento crítico, adensado pelas inéditas condições histórico profissionais presentes na sociedade brasileira, criou as condições daquela ultrapassagem. Os pontos de ruptura podem ser localizados em dois grandes âmbitos: na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo assim como no redimensionamento das interpretações históricas da profissão [...] o enfrentamento com a herança da reconceituação vai dar-se tardiamente no Brasil, no bojo da crise da ditadura, quando o próprio revigoramento da sociedade civil faz com que se rompam as amarras do silêncio e do alheamento político forçado a que foi submetida a maioria da população no cenário ditatorial. Esse panorama contribui para que, no Brasil, diferentemente da tônica predominante nos demais países, o embate com o Serviço Social tradicional se revertesse em uma *modernização* da profissão que *atualiza a sua herança conservadora*. Verificou-se uma mudança no discurso, nos métodos de ação e nos rumos da prática profissional, no sentido de obter um *reforço de sua legitimidade junto às instâncias demandantes da profissão*, em especial o Estado e as grandes empresas, adequando o Serviço Social à ideologia dos governantes. (Iamamoto, 2000, p.214-217)

Retomar esse panorama sócio-histórico da profissão é necessário para conseguirmos avançar no debate sobre a dimensão educativa do Serviço Social, uma vez que a profissão se integra no processo dialético das mudanças sociais e passa por mudanças significativas na divisão sociotécnica do trabalho, tomando novos rumos em sua relação com o Estado e nas suas relações com a Igreja Católica e o conservadorismo na intenção de ruptura. É a prática acadêmica realizada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, que nos anos 1990 se propôs a debruçar-se sobre o *ensino da prática* enquanto caráter interventivo da profissão. A Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) apresenta então, propostas de uma diretriz geral para

¹³ Durante agosto de 1979 ocorreu no Rio de Janeiro o I Encontro Nacional de Capacitação Continuada, onde se mostrou um momento histórico de disputa teórica da profissão e dentre os principais tópicos; *“Polarizam os debates os temas: a relação entre prática profissional, instituições e contexto social; a dimensão política da prática profissional e a organização profissional. O assistente social é reconhecido como trabalhador assalariado, funcionário de uma instituição, cuja ação condensa interesses de classe diferenciados”* (Iamamoto, 2019, p.448).

o curso de graduação em Serviço Social na universidade, a partir da elaboração de uma política de prática acadêmica que respondesse as dinâmicas estabelecidas na sociedade no final daquele século, com propostas educacionais consistentes e ousadas (Iamamoto, 2000), diante das intervenções da profissão relacionadas ao processo de formação profissional.

Um dos elementos norteadores básicos, que subjaz à formulação da política de prática acadêmica, é a peculiaridade da instituição universitária e seu caráter público, como locus privilegiado da formação profissional. Partilha-se um ponto de vista de que tendo as instituições de ensino superior um papel fundamental na preservação e transmissão do patrimônio científico e cultural acumulado, suas funções não podem ser reduzidas unilateralmente à transmissão de conhecimentos e à qualificação de mão de obra especializada para o atendimento das requisições do mercado de trabalho. *Elas têm também uma função pública de produção de novos conhecimentos e tecnologias, de criação artística e cultural, contribuindo para a crítica e a renovação da vida social e cultural. Mas, também, de difusão e democratização da produção acadêmica acumulada, colocada a serviço da coletividade, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e para a melhoria da qualidade de vida da população* (Iamamoto, 2000, p.257-258) - Grifos meus.

A relação profissional com as ações socioeducativas se mostrou explícita até aqui, uma vez que ao longo de sua história esteve presente em meio as intervenções profissionais, seja pelas ações com a classe trabalhadora ou pelo próprio ensino profissional nas escolas do Serviço Social, as potencialidades da dimensão educativa da profissão sempre estiveram postas nas condições de controle social. Portanto, é necessário relembrar este momento histórico, principalmente as características educativas que o Serviço Social brasileiro empregou no seu desenvolvimento profissional, para compreendermos o conservadorismo institucional nas políticas sociais e termos consciência das potencialidades que a profissão possui no enfrentamento do mesmo à atualidade. A mediação do Estado nas expressões sociais através das políticas sociais, deu-se a partir das lutas populares e são resultados das desigualdades estabelecidas nas relações sociais complexas e contraditórias, sendo muitas vezes trabalhadas apenas como dados tecnicistas e funcionalistas, despolitizando a sua função na ordem social dentro do próprio sistema:

No estado de anomia, há uma espécie de curto-circuito no contato entre "órgãos" que compõem o organismo social, bem como um afrouxamento das normas sociais. Trata-se, na atualidade, de um resgate dessa perspectiva analítica para descrever a "desorganização" do capitalismo contemporâneo [...] Esse é um procedimento que amiúde despolitiza a questão, transferindo-a para uma dimensão instrumental e técnica, e esvaziando-se das tensões políticas e societárias que marcam a formulação e a cobertura das políticas sociais. (Behring, 2009, p. 02 e 03)

Esse esvaziamento político causa esquecimento dos momentos históricos em que se desenvolveram as políticas sociais e como a luta da classe trabalhadora através de sua organização e mobilização fortificou o debate da necessidade dos direitos dos trabalhadores, responsabilizando o Estado, mesmo que ainda pudesse seguir e consolidar a ordem capitalista. Em uma perspectiva crítica, coincide-se que as políticas sociais administradas pelo Estado¹⁴ se dão principalmente na contradição, para amenizar e até mesmo desarticular as lutas de classes. O Serviço Social busca se posicionar a partir de uma perspectiva crítica e ético-política em meio ao contexto de despolitização e desmonte das políticas sociais, perpassando por reflexões críticas acerca do objetivo profissional na sociedade no contexto de agravo das expressões da questão social.

2.1.2. A Ética Profissional do Serviço Social

A dimensão ético-política do Serviço Social busca refletir sobre o papel profissional na sociedade, considerando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, com a percepção do trabalho como base ontológica do ser social. Ampliando assim, os sentidos humanos na concepção de atribuir às ações com potencialidades especificamente humanas, racionais e materiais. A retomada histórica da profissão expõe sua relação com a ética e moral conservadora e o anseio do Serviço Social pela ruptura. No cotidiano profissional e na imersão do dia a dia da alienação liberal, a profissão percebe sua ética e moral enquanto objeto de estudo, buscando fundamentos que determinassem uma ética profissional crítica e que respondesse ao conservadorismo. O debate ético na história da profissão, perpassou pela consciência da existência da ideologia liberal e conservadora, da moralização da vida social nas formas de enfrentamento às expressões da questão social. Essa moralização está presente até a atualidade a partir de discursos libertários, que se bem aprofundados, mostram-se sem fundamentos teóricos conforme mencionado no tópico anterior, sendo assim o debate sobre a ética não significa um debate de diferentes teorias e projetos de sociedade (Barroco, 2009). A idealização e expansão de uma sociabilidade burguesa juntamente com a naturalização do moralismo conservador, fragmenta propositalmente a totalidade e a materialidade das contradições capitalistas,

¹⁴ As políticas sociais traduzem sempre uma tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital por um lado e, por outro, as necessidades da reprodução da força de trabalho, para o que os gastos públicos são fundamentais. Esse caráter contraditório do Estado e da política social, cujo chão é a sociedade de classes, estende-se também à análise da profissão. (Iamamoto, 2019, p. 449)

essa fragmentação é dada pelo princípio liberal que estabelece o limite da liberdade individual na sociedade.

O discurso crítico sobre a ética e sobre a moral, perpassa o Serviço Social a partir da sua materialidade histórica enquanto profissão na totalidade. Seu passado amparado no bojo do conservadorismo se mostra um importante exemplo para compreensão do porquê hoje, na moralidade conservadora, ainda se faz presente enquanto um desafio profissional. Amplia-se o debate a partir da Ética Profissional, enquanto categoria coletiva dos profissionais no Serviço Social, uma vez que a individualidade dos seres humanos não garantiria nas intervenções, a materialidade de uma ética e moral crítica. Em busca desta materialidade e de sua ética profissional, o Serviço Social teve o seu primeiro Código de Ética em 1965, posteriormente duas e três versões em 1975 e 1986, sendo este último refletido pela categoria profissional diante do contexto da autocracia burguesa, busca-se o rompimento da concepção tradicional do Serviço Social, embora ambos contenham bases conservadoras. Amparado no contexto da profissão e discutido no tópico anterior, diante da ofensiva da ditadura militar e das resistências populares através das lutas democráticas, contextualiza-se um momento de reorganização política da classe trabalhadora e dos movimentos sociais organizados, sendo o começo de um processo de ruptura norteado a partir da organização da categoria:

É assim que o compromisso com as classes trabalhadoras desponta como valor ético político central, orientando o posicionamento dos setores organizados da categoria, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, marco ético e político apropriado no processo de reformulação do Código de Ética, em 1986: o primeiro a romper com o histórico conservadorismo dos códigos de ética brasileiros. O Código de 1986 não foi suficientemente desenvolvido em sua parte operacional e em seus pressupostos teóricos, orientados pelo marxismo. Com o objetivo de ampliá-los, foi feita a reformulação de 1993, em um contexto muito diverso daquele que em 1980 favoreceu a construção do projeto de ruptura profissional. (Barroco, 2009, p.07)

É no ano de 1993, em uma conjuntura completamente diferente dos cenários dos anos de 1980, que o Código de Ética do Assistente Social se materializa enquanto objeto de ética profissional do Serviço Social, sua concepção baseia-se em valores ético-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia, ao conjunto de direitos humanos defendidos pela classe trabalhadora (Barroco, 2009). O contexto dos anos de 1990 foi o de desestruturação do Estado com avanço das políticas neoliberais, a desumanização da classe trabalhadora, que se via em um contexto de extrema desigualdade social, imersa às violências, ao desemprego e a pobreza sem proteção social.

o Código de Ética Profissional de 1993 é um momento basilar no processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social [...] é no trânsito dos anos 80 ao 90 do século XX que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica [...] trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. (Netto, 1999, p. 15)

Em contínuo desdobramento pois, neste contexto, o conservadorismo retoma a partir das novas configurações do capital e a burguesia estabelece a partir do neoliberalismo, a culpabilização do indivíduo, a mercantilização dos direitos básicos e a privatização de estatais importantes para o desenvolvimento da classe trabalhadora. A partir de um objetivo predatório e desumanizado, o neoliberalismo age nas políticas públicas e sociais, estabelecendo-se por relações éticas e morais dentro das ações interventivas inerentes à questão social. Limita-se ao pensar irracional ao refletir-se às contradições postas como naturais na sociedade, e predominam ações determinadas por vieses conservadores. “O Serviço Social, por várias razões, é uma das profissões vulneráveis à incorporação e/ou ao enfrentamento de relações conservadoras. Por exemplo, por sua histórica vinculação ao conservadorismo moral, pode estar vulnerável à sua reatualização [...]” (Barroco, 2009, p.19), desta forma, é intrínseca à profissão buscar constantemente a materialidade crítica ao refletir a práxis do cotidiano profissional:

O que dá materialidade e organicidade à consciência ética dos profissionais é o pertencimento a um projeto profissional que possa responder aos seus ideais, projeções profissionais e societárias, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada. Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência, como parte integrante do mesmo. (Barroco, 2009, p.13)

Em busca desta materialidade e de um compromisso profissional por um projeto societário e emancipador das classes, instrumentalizado pelo Código de Ética Profissional, pela Lei Federal nº 8.662 de 1993¹⁵ que regulamenta a profissão e pelas Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que o Projeto Ético-Político do Serviço Social se apresenta comprometido com os interesses e ideários dos trabalhadores, da socialização da riqueza produzida pelo trabalho, da universalização dos direitos, da preservação da natureza e os recursos naturais (Yazbek e lamamoto 2019, p.56). É a partir da compreensão histórica da trajetória do Serviço Social, que a profissão se posiciona favorável em ser parte da

¹⁵ A Lei Federal nº 8.662 de 1993 dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Assistente Social, determinando as competências e atribuições profissionais, sendo elas privativas ou não; assim como determina outras providências requeridas a profissão.

construção de uma nova ordem societária, através do Projeto Ético Político do Serviço Social:

Sobre as concepções do Projeto Ético-Político [...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade da escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. [...] A dimensão política do projeto é [...] a favor da equidade e da justiça social, [...] da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. (Netto, 1999, p. 15-16)

A dimensão ético-política da profissão permite relacionar-se aos princípios da Política Nacional de Extensão Universitária apresentada posteriormente e visualizar em sua totalidade, a materialidade de oportunidades viáveis à luta de classe, determinando o papel instrumental do Serviço Social nestes espaços, principalmente no enriquecimento crítico das concepções da extensão universitária e da dimensão educativa do Serviço Social, uma vez que ambos os princípios se instrumentalizam e colocam-se na condição de luta anticonservadora ao buscar consolidar espaços democráticos e vias de justiça social em prol da classe trabalhadora. É este o contexto que o Serviço Social e a Política Nacional de Extensão Universitária aparecem nas estratégias políticas, ambos importantes no fortalecimento da democracia e no incentivo crítico da participação social.

3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

A participação em um projeto de extensão pode conter diferentes concepções entre os docentes, discentes e público-alvo. Desde a perspectiva do mercado científico, na necessidade constante da produtividade no meio acadêmico, a possibilidade de bolsa para um estudante que busca apenas a permanência na universidade e a colaboração para intermediação de alguma questão na comunidade externa. Na sua perspectiva burocrática, atualmente a participação na extensão é realizada enquanto atividade acadêmica extracurricular, porém, as universidades passam por um período de adequação e inclusão da curricularização da extensão universitária em suas diretrizes, o que significa torná-la obrigatória nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Já em uma perspectiva crítica, a extensão universitária oportuniza aos envolvidos uma gama de troca de saberes, considerando o contexto entre a comunidade externa e a comunidade acadêmica.

A extensão universitária, no Serviço Social, perpassa o debate sobre as ações que possibilitam materializar em suas intencionalidades o viés societário do Projeto Ético-Político do Serviço Social, como uma ferramenta que permeia indissociavelmente a teoria e a prática. A história da profissão e sua mudança político-ideológica através do seu amadurecimento teórico-metodológico possui muitas constâncias e coincidências diante do contexto sócio-histórico, no qual a Extensão Universitária se compôs diante das potencialidades do papel social da Universidade Pública. Em boa parte da minha graduação, tive a oportunidade de realizar atividades complementares e passei por diferentes concepções de extensões até chegar na reflexão que debato neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Foi a partir da compreensão do Serviço Social e de sua Dimensão Educativa em sua totalidade que consigo visualizar na Extensão Universitária uma esperança material nas dimensões da luta de classe, principalmente no que tange a retomada à participação social e dos processos democráticos. O debate e a luta pela curricularização da extensão é um avanço no trajeto histórico que percorreu a institucionalização da Política Nacional de Extensão Universitária no Brasil. A Extensão Universitária tem um histórico de luta pelo seu reconhecimento legal. Assim, seu processo institucional enfrentou diversos desafios ao longo dos contextos sócio-históricos que a universidade pública no país atravessou. Anterior a sua institucionalização, as Pró-Reitorias

buscaram, ao materializar esta política, refletir as concepções e os conceitos críticos da mesma, considerando os avanços teórico-metodológicos e políticos das ações com a comunidade. Por fim, trarei perspectivas contemporâneas desta importante dimensão profissional, que possui potencialidades quando operada na perspectiva de direitos, compreendendo-a, assim, como um instrumento estratégico na dialética da luta de classes.

3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INSTITUCIONALIZAÇÃO NECESSÁRIA PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

A criação da Extensão Universitária no Brasil coincide com a criação do Ensino Superior no país no século XX, a partir da realização de cursos e conferências pelas universidades, influenciados pela Inglaterra e Estados Unidos e tinha um caráter de palestras assistencialistas, da universidade para a comunidade. É importante destacar que no final da década de 1950 e início da década de 1960 os universitários realizaram através da União Nacional dos Estudantes – UNE, um dos primeiros movimentos político-culturais buscando uma formação teórica de lideranças, com uma práxis interprofissional e de metodologias reflexivas. Essa ação foi extremamente importante para a dinamização da sociedade civil na época e aproximação da universidade com o trabalho de base, mas trouxe pouca contribuição no processo de institucionalização da Extensão Universitária, sendo inclusive reprimida, uma vez que ocorria no período da Ditadura Militar. (ABEPSS, 2022; FORPROEX, 2012).

Na ditadura militar, o âmbito da educação e conseqüentemente da extensão passou por mudanças significativas em 1966 com a criação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC e do Projeto Rondon, em 1967. Estes projetos tinham como objetivo a idealização desenvolvimentista dos militares, incentivando interações entre os universitários e os trabalhadores do campo, no intuito de levar o conhecimento técnico da universidade para a sociedade rural. Não sendo configurados como projeto de extensão propriamente ditos, mas suas atividades pedagógicas e formativas caracterizaram referências dos primeiros sinais da institucionalização da extensão universitária incentivada pelo poder público:

A despeito de sua subordinação à política de segurança nacional e de seu caráter cooptativo, esses dois projetos tiveram o mérito de propiciar ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais, descortinando-lhe

novos horizontes e possibilitando-lhe espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural. (FORPROEX, 2012, p.12-13)

Foi a partir da antiga Lei Básica da Reforma Universitária (Lei Federal nº 5.540/68), que a Extensão Universitária, aparece através dos objetivos institucionais de “promover a participação discente em programas de melhorias na condição de vida e no processo de desenvolvimento que vivia o país”. Somente na década de 1970 que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior criaram a *Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER*, com intuito de fortalecer o debate sobre a Extensão Universitária. Em 1974, cria-se a Coordenação das Atividades de Extensão – CODAE, que produziu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária sob influências das concepções de Paulo Freire. A extensão passa a se definir enquanto ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular, nesta ótica, a comunidade externa deixa de ser o objeto e se torna sujeito da ação extensionista (FORPROEX, 2012, p. 13).

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, o Estado brasileiro inicia na sua história o processo de retomada democrática, com o surgimento de novos movimentos populares, associações civis, políticas e sindicais engajados no processo de redemocratização do país contrários à Ditadura Militar. Um momento oportuno para seguir na luta pelo reconhecimento legal das atividades de extensão e propor mudanças estruturais no planejamento da Política Nacional de Extensão Universitária:

No seio da luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi reelaborada a concepção de Universidade Pública, redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa Extensão e questionada a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais. Embora ainda restrita à dimensão processual, a busca da institucionalização da Extensão tornou-se o principal desafio. O entendimento era de que essa institucionalização deveria envolver toda a Universidade Pública. O reconhecimento legal das atividades extensionistas e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987), atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em novembro de 1987, são marcos importantes, na medida em que propiciaram à comunidade acadêmica as condições para redefinir a Extensão Universitária. (FORPROEX, 2012, p. 14)

A busca pela legitimação da extensão neste período contribuiu para a reconceituação do que é a Extensão Universitária no campo das universidades públicas, passando por um processo de ruptura com o conservadorismo e com o assistencialismo

velado. Em 1987, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, pactua-se que este novo conceito compreende que:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Nogueira, 2000, p.11)

Numa perspectiva dialética, essa reconceituação segue as perspectivas democráticas que reconhecem a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão definidas na Constituição Federal de 1988, pelo Art. 207. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 2016). Em 1993, o processo de institucionalização da extensão universitária teve um novo avanço essencial realizado através do MEC e colaboração do FORPROEX com a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE):

As principais contribuições deste referem-se ao financiamento da Extensão Universitária e à elaboração teórico conceitual, especificamente a definição das diretrizes e objetivos da Extensão Universitária, dos tipos de ações a serem desenvolvidas e da metodologia a ser adotada em sua implementação. (FORPROEX, 2012, p. 15)

Com a Lei Federal nº 9.934 de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a universidade passa a ter como finalidade a Extensão Universitária com possibilidade de financiamento público, é também a partir deste momento que se coloca a possibilidade de bolsas de estudo para realização das ações. Uma legislação que prevê um financiamento foi uma conquista importante para a institucionalização da Extensão Universitária. Em 1998 o Plano Nacional de Extensão elaborado e aprovado pela FORPROEX, que visava dentre seus objetivos o reconhecimento do Poder Público a partir de uma política nacional que determinasse que a Extensão Universitária não se trata apenas de uma atividade acadêmica, mas sim de uma concepção de uma Universidade Cidadã, uma ferramenta de viabilidade de intervenção em problemas sociais, uma vez que os projetos se viam presentes no cerne das contradições. (FORPROEX, 2012, p. 16).

A Política Nacional de Extensão no Brasil começou a ser desenvolvida no ano de 1999 e durante os anos de 2009 e 2010 foram incorporadas ao documento mudanças e sugestões dos Pró-Reitores presentes durante os encontros nacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. A Política Nacional veio para conceituar e nortear com diretrizes, os princípios e os objetivos da Extensão Universitária, respeitando autonomia universitária e a liberdade de decisão das universidades sobre seus programas e ações de extensão. Esta conquista não é só da comunidade acadêmica, mas de toda a sociedade brasileira.

O processo de legitimação da Extensão Universitária no Brasil trouxe perspectivas progressistas para o desenvolvimento e reconhecimento do papel das Universidades na sociedade, no enfrentamento das relações conservadoras e elitistas do meio acadêmico para com a comunidade externa. Dentro deste processo, contendo quinze (15) objetivos, em maio de 2012, a política nacional de extensão foi aprovada e aderida também por instituições públicas de ensino superior que não faziam parte do fórum. Dentre os objetivos, citarei cinco (05) que também colaborarão no debate do Capítulo 4 deste trabalho:

1. Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; 2. Conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional; 3. Contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País; [...] 6. Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas; [...] 9. Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho; [...] 14. Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade; 15. Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana. (FORPROEX, 2012, p.09-10)

Estes objetivos trilham perspectivas sobre a Extensão Universitária e determinam direção social dentro da universidade e na sociedade, sendo possível visualizar como eles são materializados na prática extensionista. A partir da retomada histórica até a institucionalização da Política Nacional de Extensão Universitária no Brasil, percebemos sua função social, a presença do materialismo e dialética em sua institucionalização, além da valorização dos saberes da população, enquanto protagonistas do desenvolvimento de

novas perspectivas acadêmicas. Durante estes anos, articulou ações ético-políticas com a sociedade, buscando a legalidade de suas ações democráticas, elevando a concepção e a importância das universidades públicas no País. Esse reconhecimento crítico das ações teve como objetivo histórico a consolidação da democracia a partir da indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, na materialização de uma política que respeitou e considerou documentos e debates do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras:

Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. [...] A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (FORPROEX, 2012, p.17)

E a partir desta apresentação sócio-histórica da qual se consolidou a Política Nacional de Extensão Universitária no país, e deixa claro que esta vem para possibilitar novas perspectivas estratégicas na dialética da luta de classes e de consolidação da democracia e do papel das universidades públicas. Diante dos desafios contemporâneos da sociedade, passaremos a pontuar o papel da Dimensão Educativa na realidade contemporânea das políticas sociais e refleti-la enquanto ferramenta de ampliação da cidadania no processo progressivo e permanente da ampliação de direitos, a partir de ações realizadas na extensão universitária.

3.2 A Dimensão Educativa do Serviço Social Brasileiro

A retomada na gênese da profissão feita anteriormente nos permite chegar na contemporaneidade do exercício profissional nas Políticas Públicas¹⁶ e sociais¹⁷.

¹⁶ Uma política pública é elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público, é o tratamento ou resolução de um problema coletivamente relevante. A política pública não tem uma definição única em consenso, ela é uma diretriz, uma orientação legislativa, um conjunto de ações ou inações derivadas dessa diretriz. (Secchi, 2013, p.02-07)

¹⁷ A política social como política de Estado se define por sua intervenção nas condições de reprodução da vida de distintas classes e grupos sociais [...] Compreendido o Estado como instituição responsável pela vida e bem-estar individual e coletivo, sua maior ou menor intervenção dependerá do quanto uma questão será considerada pública, no sentido de coletiva e, portanto, sujeita a intervenção do Estado. (Ferraz, 2014, p.239)

Embora o caráter educativo do Serviço Social é existente antes mesmo da entrada da profissão na universidade, mas ainda existem poucas produções e reflexões sobre o debate da extensão na categoria profissional (ABEPSS, 2022). Destaca-se que a escolha conceitual da Dimensão Educativa do Serviço Social, ampara-se teoricamente por Yazbek e Iamamoto (2019) e Iamamoto (2000; 2004; 2019) ao refletirem sobre as potencialidades políticas do caráter socioeducativo da profissão, atrelado à contemporaneidade das políticas sociais e a necessidade de retomada da profissão no contato com as bases. A mediação do Estado nas expressões da questão social através das políticas sociais, deu-se a partir das lutas populares e são resultados das desigualdades estabelecidas nas relações sociais complexas e contraditórias, sendo muitas vezes trabalhadas apenas como dados tecnicistas e funcionalistas, despolitizando a sua função na ordem social dentro do próprio sistema:

No estado de anomia, há uma espécie de curto-circuito no contato entre "órgãos" que compõem o organismo social, bem como um afrouxamento das normas sociais. Trata-se, na atualidade, de um resgate dessa perspectiva analítica para descrever a "desorganização" do capitalismo contemporâneo [...] Esse é um procedimento que amiúde despolitiza a questão, transferindo-a para uma dimensão instrumental e técnica, e esvaziando-se das tensões políticas e societárias que marcam a formulação e a cobertura das políticas sociais. (Behring, 2009, p. 02 e 03)

Esse esvaziamento político causa esquecimento aos momentos históricos em que se desenvolveram as políticas sociais e como a luta de classe fortificou o debate da necessidade dos direitos dos trabalhadores, responsabilizando o Estado, mesmo que ainda pudesse seguir e consolidar a ordem capitalista. Em uma perspectiva crítica, coincide-se que as políticas sociais administradas pelo Estado se dão principalmente na contradição, para amenizar e até mesmo desarticular as lutas de classes:

As políticas sociais traduzem sempre uma tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital por um lado e, por outro, as necessidades da reprodução da força de trabalho, para o que os gastos públicos são fundamentais. Esse caráter contraditório do Estado e da política social, cujo chão é a sociedade de classes, estende-se também à análise da profissão. (Iamamoto, 2019, p. 449)

Identifica-se que as principais ações socioeducativas da profissão se materializam hoje na execução das políticas sociais diante da perspectiva dos direitos. O exercício histórico de autocrítica da profissão reconhece suas funções iniciais ao

ajustamento dos sujeitos¹⁸, mas, é preciso considerar que a Dimensão Educativa do Serviço Social se molda a partir do momento histórico na correlação de forças na luta de classes. Hoje, a dimensão educativa do Serviço Social pode ser vista a partir de uma análise dos limites e potencialidades da sua função pedagógica no exercício profissional contemporâneo, no contexto das políticas sociais, dos direitos humanos e da democracia (Santos, 2020).

Inseridos no mercado de trabalho e atuando diretamente na contradição capitalista contemporânea, hoje em dia a profissão compreende que estamos imersos a contradição postas as nossas próprias relações com o capital-trabalho e expostos às determinações ético-políticas e culturais que contradizem ainda mais as intencionalidades que empregamos em nossas ações. Dentro das contradições do cotidiano profissional o Serviço Social possui em sua formação profissional contemporânea, características que buscam capacitar o assistente social para desenvolver práticas de intencionalidade emancipadora, o que é um desafio profissional, uma vez que o trabalho profissional voltado ao processo educativo crítico, no sentido da ampliação de visão de mundo e da conscientização é, em boa parte das vezes, “uma decisão política pessoal do profissional” (Moreira, 2023, p.200), apesar de estar presente no nosso Código de Ética Profissional.

Santos (2020) engrandece o debate não apenas sobre as ações técnico-operativas¹⁹ do assistente social, mas sobre a funcionalidade política que a profissão exerce nas relações sociais, no contexto das políticas sociais. Para o autor, o “ato de educar” no Serviço Social, particularmente na esfera política-ideológica da sua intervenção, assume propriamente uma função coincidente com sua função social (Santos, 2020, p.12-14). Há uma intencionalidade nas relações sociais da profissão quando somadas as ações técnico-operativas do processo de trabalho nas políticas sociais, em suma, tais relações partem dos princípios ideológicos da burguesia, que historicamente conduzem as ações institucionalizadas pelo Estado, objetivando o apaziguamento da luta de classe. Enquanto sujeitos profissionais trabalhadores, precisamos compreender que não estamos isentos em

¹⁸ Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho. (Abreu, Cardoso, 2009, p.01)

¹⁹ O exercício profissional possui uma concepção de que se constitui em uma totalidade formada por três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Pensar o exercício profissional a partir destas três dimensões é possibilitar a compreensão do significado social da ação profissional: formativa, interventiva e investigativa [...] O campo do exercício profissional é o campo dos direitos / da emancipação política, o qual possui como determinação central a racionalidade burguesa. (Santos et al, 2012, p. 17-19)

retomar laços com o conservadorismo, muito menos que este assunto foi encerrado com o Código de Ética, pois,

A profissão tem se deparado com uma ameaça neoconservadora, exigindo por parte de sua direção política o reforço às perspectivas educativas que permitem dialogar com o conjunto de classes trabalhadoras, a exemplo a Educação Popular, e fortalecer perfis pedagógicos comprometidos com a democratização das riquezas e do saber, de fato, estejam empenhados na organização de uma nova cultura radicalmente democrática. Isto, contudo, só foi e será possível dentro da profissão mediante articulações com as mais diferentes experiências de resistência dos movimentos populares e das lutas sociais, do campo à cidade. (Pereira, 2019, p. 47)

Desta forma, é preciso retomar as ações socioeducativas que fortaleçam e consolidem a democracia, mas, ao mesmo tempo, lutar contra o conservadorismo que ainda está presente nas instituições e nos sujeitos. Na perspectiva do direito, o conservadorismo no âmbito institucional das políticas sociais desencadeia estratégias que determinam a intencionalidade das ações, muitas vezes com sutilidade. No sentido do fortalecimento da democracia, estas ações pensadas de forma crítica podem desencadear ações e reações de participação política, que na perspectiva conservadora nunca ocorreria, pois a ordem ainda estabelece seus princípios. Trabalhar uma ação educativa sobre direitos, através da elevação da cidadania na democracia burguesa tem como objetivo conciliar e conscientizar a classe trabalhadora. Por si só, pode possuir algum significado enquanto perspectivas progressistas dentro desta democracia, com intencionalidade de manter a ordem, que muitas vezes se esvazia do sentido amplo da luta de classes, faz parte da contradição, mas, ainda que esvaziado de senso crítico, desenvolve um papel importante no despertar do incentivo na participação social porque,

toda ação educativa é sempre uma ação política voltada, em última instância, ou para a aceitação ou para o questionamento da ordem estabelecida. Em que pese o tom apressado dessas afirmações, fato é que não existe neutralidade no campo da educação em todos os aspectos da vida social. (Moreira, 2023, p.200)

A ação profissional de conscientização da cidadania no campo de luta política contemporânea amparada aos princípios do Projeto Ético-político da Profissão, pode ser trabalhada a partir da perspectiva do trabalho de base, exemplificando a democracia como materialização de lutas sociais, a relevância da participação social e como ela impacta na democracia participativa. Nesse sentido, são nos ambientes democráticos que a dimensão educativa se torna uma ferramenta importante na consolidação da democracia, viabilizando “a ampliação da esfera pública, das formas

diversas de organização e luta popular, do acesso aos direitos e aos espaços de participação e controle social, é mais favorável para imprimir tal direção” (Pereira, 2019, p.46).

Santos (2020) tem uma concepção interessante de que as ações socioeducativas materializam a função educativa historicamente presente na profissão em meio às contradições da sociedade capitalista. A dimensão educativa deve considerar a função social do Serviço Social no contexto contemporâneo do Estado Democrático de Direito a partir das políticas sociais. Nesse sentido, as ações e reflexões se devem do compromisso da profissão na luta anticapitalista, imersa na contradição da democracia burguesa e das políticas sociais. O que diferencia este trabalho político-pedagógico da doutrinação conservadora é a particularidade do uso do método marxista de análise e ação, ponto crucial e extremamente necessário na disputa societária, como explica Lenin (1962):

Há e sempre haverá um elemento pedagógico na atividade política do Partido Social-Democrata. Devemos educar toda a classe de trabalhadores assalariados para o papel de combatentes pela emancipação da humanidade de toda opressão. Devemos constantemente ensinar mais e mais seções dessa classe; devemos aprender a abordar os membros mais atrasados, mais subdesenvolvidos desta classe, aqueles que são menos influenciados pela nossa ciência e pela ciência da vida, de modo a poder falar com eles, aproximar-se deles, erguê-los constante e pacientemente ao nível da consciência social-democrata, sem fazer um dogma seco de nossa doutrina – ensiná-los não apenas a partir de livros, mas através da participação na luta diária pela existência dessas camadas atrasadas e não desenvolvidas do proletariado (Lenin, 1962, p.2-3)

Na luta de classes, sempre haverá as dualidades ideológicas impressas nas formações de base de cada ideologia política, neste contexto até mesmo a educação apolítica se torna política. É preciso reconhecer que, enquanto trabalhadores que atuam diretamente com a classe trabalhadora e com a burguesia, precisamos aproveitar os espaços em que estamos inseridos para darmos continuidade ao processo societário que almejamos enquanto profissão. Além do mais, a dimensão educativa nos aproxima dessa perspectiva, uma vez que na história e na contemporaneidade, os movimentos sociais e organizações populares se tornam os principais interessados nessa ação, conforme refletem Yazbek e Iamamoto (2019). Considero as práticas da instrumentalidade da dimensão educativa no Serviço Social, fundamentais e intrínsecas ao processo de formação profissional, dada pela relação histórica da profissão com a universidade, diante do tripé do ensino, pesquisa e extensão quanto ao amadurecimento crítico no percurso da formação profissional.

Essa retomada histórica do Serviço Social ao debater a extensão a partir de seu viés sociopolítico permite mudar a perspectiva de uma noção de extensão sem pensamento crítico, para uma extensão universitária com um viés político de justiça social. A partir de sua Dimensão Educativa, o Serviço Social pode desempenhar um papel importante para formação política/cidadã da classe trabalhadora e dos próprios extensionistas. Diante das perspectivas favoráveis à classe trabalhadora, a dimensão educativa quando desenvolvida pela universidade se faz presente desde o aprofundamento teórico-metodológico da aprendizagem na sala de aula, mas principalmente fora dela. A instituição universidade tem como função social desenvolver suas ações no ensino-pesquisa-extensão, carregando uma função política na sociedade e é a partir desta função que apresentarei os Projetos de Extensão “A Voz da Juventude” e “Juventudes e Direitos”.

4 PROJETOS DE EXTENSÃO JUVENTUDES E DIREITOS E A VOZ DA JUVENTUDE

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) é uma das 62 (sessenta e duas) Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, sendo um órgão de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação com Sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e baseia-se ao tripé da formação acadêmica de Ensino, Pesquisa e Extensão. Uma universidade pública e internacional, que aparece na Política Nacional de Extensão Universitária com objetivo de ser a “[...] criação de um ambiente multicultural, de igualdade e de respeito entre as nações desse continente, assim como de formação de profissionais e pesquisadores voltados para o seu desenvolvimento econômico, social, cultural e político.” (FORPROEX, 2012, p.20). Institucionalmente, os projetos e programas de extensão da UNILA são geridos pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e pela Comissão Superior de Extensão (COSUEX), regulamentam-se os objetivos das extensões na Unila a partir da Resolução nº 37, de 07 de dezembro de 2021 que institui a Política de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA, 2021). Além do mais, concordo com Silva e Quimelli (2006) de uma extensão enquanto um “espaço privilegiado para uma formação profissional com amadurecimento pessoal e profissional” (p.279), partindo de princípios, visando o fortalecimento da democracia, das políticas públicas e da justiça social. Desta forma, neste capítulo, apresentarei os projetos de extensão “Juventudes e Direitos” e “A Voz da Juventude”, que atuam nesta perspectiva.

Os projetos são coordenados por Assistentes Sociais, docentes efetivas do curso de Serviço Social na UNILA e agrega discentes de diferentes períodos e cursos da graduação. Os projetos têm objetivos em comum, desenvolvem atividades em conjunto uma vez que são norteados a partir do Estatuto da Juventude (Lei Federal 12.852 de 2013). Cabe destacar minha participação no projeto, enquanto voluntária desde o ano de 2021, bolsista em 2023, além do mesmo ter sido o meu campo de estágio obrigatório em Serviço Social entre 2023 até setembro de 2024. As reflexões trazidas perpassam por minhas observações participantes, acumuladas neste período, atreladas às vivências enquanto jovem protagonista deste processo. O trabalho dar-se-á a partir da pesquisa qualitativa, definida como:

A pesquisa qualitativa se preocupa com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais [...] (Fonseca, 2002, p. 20)

Para a realização da mesma, utiliza-se diferentes abordagens metodológicas, como a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Documental, considerando o levantamento das referências teóricas analisadas até o momento, Fonseca descreve que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas “já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Matos e Lerche: 40). Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam, unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta [...] A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (Fonseca, 2002, p. 31-32)

A Pesquisa Participante, que para Silveira e Córdova “caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas [...] Exemplos de pesquisa participante são o estabelecimento de programas públicos ou plataformas políticas e a determinação de ações básicas de grupo de trabalho”. (Silveira e Córdova, 2009, p.42) e a Observação Participante “[...] quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.” (Prodanov, Freitas 2013, p.67). Foram produzidos durante as ações da extensão, artigos científicos, relatos de experiências, resumos expandidos, caracterização institucional, projeto de intervenção e implementação relacionados aos Projetos de Extensão Juventudes e Direitos e A Voz da Juventude.

Tais abordagens se fizeram presentes uma vez que o projeto de Extensão Juventudes e Direitos foi meu campo de estágio obrigatório e fui bolsista extensionista do projeto A Voz da Juventude. Realizou-se a transcrição das falas retiradas do Programa N°17 “*Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi*” programa da extensão A Voz da Juventude, o mesmo encontra-se disponível ao público no Youtube²⁰. O programa também fez parte da programação diária da Nossa Rádio CDHMP, durante o mês de abril de 2023 e atualmente, encontra-se no site do Centro

²⁰ A Voz da Juventude: https://www.youtube.com/playlist?list=PLfYRUrQPT3UX8dUfBAIpSkyNO_qLSYusB.

de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP)²¹ de Foz do Iguaçu. O programa relata e debate a participação dos jovens na 9ª Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de 2022, expondo a opinião dos participantes sobre a importância das oficinas que antecederam sua participação na Conferência e é justamente as falas sobre estas ações que antecederam a conferência que serão o recorte desta pesquisa.

Para uma análise crítica da realidade e dos materiais, ampara-se na teoria e método do Materialismo Histórico-dialético de Marx e Engel, que considera que a ordem social tem por base o modo de produção da sociedade capitalista, determinando assim as relações sociais (Prodanov, Freitas, 2013, p.40), em síntese, o método dialético parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Nessa perspectiva, para conhecer determinado fenômeno ou objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança (Prodanov, Freitas, 2013, p.35). Dadas a exposição da metodologia e as técnicas de pesquisa inerentes a este processo de trabalho, no próximo tópico apresentarei reflexões importantes sobre os direitos das juventudes no Brasil, para que assim, possamos refletir posteriormente sobre as ações do projeto de extensão.

4.1 DIREITOS DAS JUVENTUDES: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

O debate sobre as políticas públicas de juventudes perpassa por concepções conceituais dos significados da juventude em sua totalidade. Algumas ações que envolveram as juventudes como público-alvo de políticas públicas no Brasil alinham-se através de perspectivas conservadoras e distantes das realidades diversas enfrentadas pelas juventudes brasileiras. Incluir este público nas ações do Estado ocorrem antes mesmo dos anos 2000, segundo Sposito e Carrano (2003), existiam poucos estudos envoltos às ações anteriores ao século XXI e eram modelos com perspectivas distintas de juventudes expressadas nas ações como:

periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da

²¹ Programa A Voz da Juventude – Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu (CDHMP): <https://www.cdhmp.com.br/categoria/a-voz-da-juventude/>. Nossa Rádio CDHMP: <https://nossaradioradiocdh.minharadio.fm/>

pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000). [...] É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, (Sposito; Carrano, 2003, p.18-19)

A partir da concepção de juventude enquanto “problema”, a preocupação do Estado com o tempo livre dos jovens nos períodos dos anos 1950 a 1980, está relacionado aos caminhos que as juventudes, especialmente as da classe trabalhadora e negra, poderiam percorrer mediante as opções que o país lhes dava (ou a ausência delas). Tais preocupações, na verdade, a partir da concepção conservadora do jovem problema, via no tempo livre uma alternativa para o “mau caminho”, à “vagabundagem”, nota-se também neste período, a perspectiva do tempo produtivo em relação ao tempo ócio; característica clássica da lógica capitalista. Ainda nos anos de 1980 em que o debate é orientado por movimentos sociais que defendiam os direitos da infância, passaram a nortear as concepções de ações que contemplassem a perspectiva do direito da criança, adolescente e jovem. É a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069 de 1990) que o direcionamento de políticas públicas passa a abarcar de certa forma, parte das juventudes (entre 15 e 18 anos). O ECA é fundamental, pois é uma legislação que estabelece os deveres do Estado e da Sociedade Civil no compromisso pelo bem-estar e da proteção social das crianças e adolescentes. Diferentemente da perspectiva de sujeitos problemas que precisam ser contidos, o ECA sinaliza noções progressistas que reconhecem as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e assim, passa a incomodar as alas conservadoras nos espaços políticos logo após a sua promulgação, conforme Sposito; Carrano (2003, p.20)

[...] as resistências aparecem sob a égide de um certo temor diante do que estaria sendo considerado “excesso de direitos”, fixados pelo Estatuto, e poucos “deveres” de crianças e adolescentes nas instituições escolares que, por sua vocação, deveriam acolher a todos sem qualquer tipo de discriminação [...] Ocorre uma convivência tensa entre a luta por uma nova concepção de direitos a essa fase de vida e a reiterada forma de separar a criança e ao adolescente das elites do “outro”, não mais criança ou adolescente, mas delinquente, perigoso, virtual ameaça à ordem social.

A partir dos anos de 1990, as noções conservadoras de delinquentes, perigosos e ameaçadores sobre as crianças, adolescentes e juventudes, permearam por muito tempo nas ações políticas que o Estado realizou com esse público. Principalmente na preocupação conservadora sobre o tempo livre dos jovens, neste sentido eram

realizadas ações que incentivassem a educação, o esporte e a capacitação para o mercado de trabalho:

Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. De qualquer modo, mesmo que não se possa falar na esfera federal de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base na idéia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingem a juventude, transformada, em algumas situações, num problema para a sociedade. (Sposito, Carrano, 2003, p.21)

Neste sentido, na busca por controlar as situações adversas que a juventude se encontrava diante ótica das políticas públicas, Sposito e Carrano (2003) elencam os programas e projetos federais voltados para as juventudes a partir da concepção etária de adolescentes de 15 a 19 anos e jovens de 20 a 25 anos e destacam que durante os dois mandatos consecutivos do ex-presidente Fernando Henrique (1995-2002), são identificados 30 programas/projetos focados na abrangência destas faixas etárias (entre eles o programa *Centros da Juventude*). Cabe destacar que dentro destes programas, havia diferentes percepções e concepções sobre juventude, sem um consenso de definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude. Ora a juventude era um problema, ora era transformadora da sociedade, o fato é que as percepções sempre predominavam a partir do caráter conservador, que delimitava atribuições distorcidas a um público historicamente vulnerável às estigmatizações da sociedade adulta. É também neste período que surge o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), como instrumento de igualdade, diante da defasagem escolar considerando as realidades distintas deste público diante do ensino regular (Sposito, Carrano, 2003).

Estas noções estigmatizaram as juventudes por décadas e determinaram políticas de controle dessa população, ao mesmo tempo mostra-se nas literaturas e no senso comum, a contradição de uma percepção destes indivíduos como esperança de renovação na sociedade. É preciso refletirmos ambas as perspectivas de juventudes, pois estas pressupõem noções distintas e alienáveis aos direitos independentemente da idade, que determinam desafios na materialização das políticas públicas para esta categoria social, uma vez que o debate precisa ser de/para/com as Juventudes. Historicamente na idealização das juventudes nos deparamos com sua relação com a participação social, resistência e transformadora contra a maré da imposição social. Estas são noções de juventudes que acabam por definir conceitos distorcidos acerca das reais condições juvenis e de seus direitos. Conforme debate Abramo (2005), estas definições ofuscam os

verdadeiros desafios que os jovens vivem em seu processo de vida, onde precisam estar constantemente ativos na busca pela materialização de políticas públicas e de espaços que os permitam ser jovens, sem rótulos e sem as amarras conservadoras. Essa noção de juventude acaba por ser uma “carga” sobre o jovem, pois são vistos como responsáveis pela solução de seus problemas e da sociedade, sem levar em consideração sua diversidade e a pluralidade de suas demandas (Abramo, 2005). Sendo assim, o termo juventudes, no plural, vem “para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição” (Abramo, 2008, p. 43), esta mudança altera a perspectiva de que “é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida” (Abramo, 2008, p. 44). Compreendendo essa pluralidade, temos a necessidade de considerar as contradições da luta de classes em que as juventudes se inserem na sociedade capitalista, uma vez que esta predetermina suas condições de vida.

Posteriormente em 2003, diante de uma perspectiva da criação de um Plano Nacional de Juventude, começa a ser debatido com mais apropriação pelo Estado por meio da criação da Frente Parlamentar de Juventude, da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (Cejuvent) e do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-geral da Presidência da República (SGPR) (Sander; Oliveira, 2019, p. 02). Foi em 2005 que o Presidente Lula instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), cria o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). As Políticas Públicas de Juventudes (PPJ) passaram a fazer parte da Agenda Pública e da democracia brasileira pela sua institucionalização por secretarias, coordenações, assessorias e conselhos de juventudes como espaços democráticos nos governos municipais, estaduais e federais (Carrano, 2011, p.238). Em 13 de junho de 2010 é aprovada no congresso a Proposta Emenda Constitucional (PEC) nº 65/2010²² conhecida como a “PEC da Juventude”, que alterou o Art. 277 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo na legislação do país os interesses da juventude a partir do Estatuto da Juventude. Embora a aprovação do EJUVE e da materialização institucional do PROJOVEM, CONJUVE e da SNJ, a proposta de um Plano Nacional de Juventude de duração decenal não foi materializada.

Buscam-se alinhar às diretrizes da construção de uma Política Nacional de Juventude a partir da consolidação do Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852 de 05

²² PEC da Juventude https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm

de agosto de 2013). No decorrer de seus artigos e incisos, o estatuto prevê normativas ao enfrentamento às violações dos direitos juvenis, incentivando a autonomia nas estratégias de consolidação, determinando ações de âmbitos federais, estaduais e municipais que incentivem à formação de grupos juvenis na construção e avaliação das políticas públicas da categoria geracional. O EJUVE determina os interesses específicos de políticas públicas dirigidas às pessoas entre 15 e 29 anos como uma obrigação do Estado, independente da vontade de governos. Desta forma, no decorrer de seus artigos e incisos, prevê normativas de ações de enfrentamento à violação dos direitos juvenis e estratégias de consolidação, determinando ações de âmbitos federais, estaduais e municipais, que correspondam à formação de grupos juvenis no trabalho de debater e construir políticas públicas da categoria geracional (Brasil, 2014, p.7-8).

Como todos os direitos conquistados na história, o Estatuto da Juventude surge diante dos enfrentamentos contemporâneos que as juventudes estiveram afrente desde a redemocratização até o ano de 2013 em especial, pois contemporaneamente destaca-se os atos impulsionados pelas redes sociais Facebook e Twitter/X. Esse ano não determina para si todo o processo histórico da legislação, marca o começo de uma resistência articulada pela classe trabalhadora, majoritariamente formada por jovens, em um embate ao Estado brasileiro, questionando as prioridades do orçamento público para Copa do Mundo de 2014, contraditoriamente, o serviço de transporte público nas cidades metropolitanas passavam por aumento tarifário. Inicialmente fazia parte de um movimento orgânico da classe trabalhadora, que fora organizada através das mídias sociais, mas, havia um esvaziamento crítico que abriu caminho para entrada de movimentos da extrema direita, através de representantes jovens em posição de liderança. O atual Partido Movimento Brasil Livre (MBL), protagonizado na época pelo Deputado Federal Kim Kataguiri, utilizava suas redes sociais para disseminar falsas notícias e misoginia contra a ex-presidente Dilma Rousseff, o grupo se intitulava como “movimento anti-Estado”. O MBL estava nos mesmos espaços que a classe trabalhadora, inflando um cenário favorável à privatização de direitos sociais falácia de neutralidade política, expressavam-se discursos reacionários com ideários racistas, homofóbicos e machistas.

Hoje, enquanto pesquisadora com percepção de visualizar que a nossa vivência é um período histórico, considero 2013, essencial para identificar a ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo, começando na internet e posteriormente indo às ruas. Em oposição a isto, é o ano em que se promulga o Estatuto da Juventude, e isso leva a refletir sobre o papel das instituições do Estado nos períodos de tensão. A alienação

liberal permeia o empobrecimento crítico das políticas públicas e sociais, com a privatização de direitos básicos em prol de políticas de estratégias neoliberais. O anti-marxismo não é algo novo na dialética da história e com isso ao apresentarmos o papel do Estado na democracia burguesa diante do controle das lutas de classes, enquanto trabalhadores norteados pela construção de uma nova ordem societária, nos põe determinados a reagir a partir do nosso posicionamento nas políticas sociais e isto é, enquanto trabalhadores do Estado, precisamos agir sem cair no ciclo do reacionarismo burguês, conforme descreve Lenin:

São reacionários ao apresentar nosso Estado como algo situado acima das classes, e, por isso, apto e capaz de prestar uma ajuda mais ou menos séria e honrada à população explorada. São reacionários, finalmente, porque em absoluto não compreendem a necessidade da luta, de uma luta desesperada dos próprios trabalhadores por sua libertação. Pelo que dizem, por exemplo, «os amigos do povo» são capazes de tudo arranjar por si mesmos (Lenin, 1966, p.03).

Precisamos refletir diante das contradições o nosso posicionamento político que se fundamentam no Projeto Ético-Político, somos trabalhadores do Estado com atuação nas políticas sociais e qualquer que seja o contexto, nosso trabalho é expormos as contradições mais óbvias à classe trabalhadora, mostrar a ela que o Estado deve nos servir e não ao contrário, objetivando uma nova ordem societária. Aqui, gostaria de interligar o debate da Dimensão Educativa do Serviço Social com a Extensão Universitária ao apresentar os projetos “A Voz da Juventude” e “Juventudes e Direitos”, que através de suas ações, se mostraram favoráveis à classe trabalhadora na disputa ideológica que permeia o contexto de luta pelos direitos das juventudes. A partir do arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social na formação profissional, observei como a Dimensão Educativa se apresentou nas ações de extensão realizadas no final do ano de 2022, tais ações objetivaram trabalhar a partir do Estatuto da Juventude os Direitos à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil (Brasil, 2013, p.11) e o Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão (Brasil, 2013, p.30). Ouso destacar que este período para a extensão foi marcado por ações concretas, que movimentaram a política participativa nos âmbitos institucionais da cidade de Foz do Iguaçu e apresentá-las neste trabalho é uma oportunidade de demonstrar a efetiva participação social de autonomia e protagonismo dos jovens público-alvo da extensão.

4.2 Juventudes e Direitos

O projeto de extensão Juventudes e Direitos é um dos resultados do projeto de pesquisa “Juventudes na Tríplice Fronteira: desafios e possibilidades”²³ que se desenvolveu no decorrer de 2018 a 2021. O projeto de extensão Juventudes e Direitos iniciou em outubro do ano de 2021 numa parceria com o Centro da Juventude – Jardim Naipi, considerando os aspectos plurais de juventudes (Abramo, 2008) e tendo o Estatuto da Juventude como norteador de suas atividades. Desta forma, desenvolveu debates sobre as condições dos jovens em Foz do Iguaçu, seus direitos e possibilidades de garantia dos mesmos, bem como buscar caminhos para acessar os direitos e assim, contribuir na elaboração ou conquista de espaços e/ou políticas voltadas para as juventudes (Sander, Lira, 2022, p.03). Apresenta, assim, em suas ações a Dimensão Educativa do Serviço Social como proposta interventiva, buscando caminhos que levassem ao acesso de direitos, com a contribuição na elaboração e conquista de espaços e/ou políticas voltadas para as juventudes (Sander, Lira, 2022). Considero coerentes seus objetivos diante da perspectiva de fortalecimento dos vieses democráticos da universidade e da extensão universitária, além de fundamentar-se ao projeto Ético-Político do Serviço Social na construção de projeto societário. O objetivo geral e objetivos específicos do Projeto de Extensão Juventudes e Direitos são:

5.1 Objetivo geral: Criar e ofertar Oficinas junto aos jovens Agentes da Cidadania vinculado ao Centro da Juventude – Jardim Naipi, para a realização de debates sobre as condições juvenis dos jovens em Foz do Iguaçu, protagonismo, direitos e possibilidades de acesso e garantia dos mesmos, bem como debater e contribuir na elaboração ou conquista de espaços e/ou políticas voltadas para as juventudes. 5.2 Objetivos específicos: Criar oficinas temáticas sobre temas e direitos das juventudes; Produzir conteúdo através do uso de multimídias e redes sociais a partir das Oficinas temáticas, como formas de registro; Apurar as formas e espaços de organização dos jovens na tríplice fronteira; Identificar os espaços e equipamentos públicos e/ou organizações que atuam com projetos, programas ou políticas com jovens; Contribuir no estabelecimento e/ou fortalecimento de espaços de troca de experiências, socialização e fortalecimento de jovens no âmbito de Foz do Iguaçu e cidades vizinhas, buscando instigar os diálogos entre organizações e movimentos de jovens; Instigar a integração dos debates sobre direitos e políticas de juventude em Foz do Iguaçu. (Sander, Lira, 2022, p. 11)

²³ O projeto de pesquisa: Juventude na Tríplice Fronteira: desafios e possibilidades (UNILA), coordenado pela professora Dra. Cristiane Sander, entre 2018 e 2021, teve por objetivos: realizar um diagnóstico situacional sobre a condição juvenil na Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai); fazer um levantamento sobre as organizações, movimentos e formas de organização dos jovens, bem como quais os espaços, equipamentos públicos e/ou organizações que realizam projetos, programas ou políticas com os jovens, além da averiguação da participação dos jovens na elaboração e implementação de projetos e políticas para os jovens. E um dos objetivos do projeto foi desenvolver ações/projetos de extensão sobre a temática das Juventudes, surgindo assim em 2020 o projeto de extensão “Juventudes e direitos na Tríplice Fronteira – criando o programa da webrádio “A voz da Juventude” e em 2021 o projeto de Extensão “Juventudes e Direitos, em parceria com o Centro da Juventude. (Sander, 2024, p.09)

Como citado acima, o projeto acontece junto ao Centro da Juventude – Jardim Naipi e desta forma, é interessante uma breve contextualização histórica sobre o programa Centros da Juventude. O projeto do CEJU é anterior ao EJUVE, a primeira vez que ele aparece é no segundo mandato de FHC e sua implementação é dada através do antigo Programa Jovem Brasil, sendo assim, se apresenta em suas origens, características do jovem como agente do desenvolvimento, ao mesmo tempo que delimita o público-alvo em 14 a 25 anos, em estado de vulnerabilidade social:

Esse ministério lançou, no segundo mandato do governo FHC, o Programa Brasil Jovem, compreendendo ações de implantação dos Centros da Juventude e a capacitação de jovens de 15 a 17 anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, mediante a concessão de bolsa. As ações desse programa como um todo se voltaram para os jovens entre 14 e 25 anos em “condições de vulnerabilidade social”. [...] Os centros deveriam funcionar como pólos de distribuição de informações sobre programas, projetos e serviços nas áreas de saúde, educação, cultura, capacitação para o trabalho, esporte, proteção, justiça e assistência social. Teriam como objetivo estabelecer conexões entre a oferta e a demanda desses serviços, apoiando a juventude local na busca de soluções para os seus problemas. A informação, o esporte e a cultura são apontados como o tripé de sustentação da agenda das atividades. Os Centros da Juventude foram, assim, concebidos para serem de responsabilidade do governo local, dos jovens e da comunidade. Em suas diretrizes recomenda-se que a gestão da programação e das atividades seja feita de forma participativa com a “comunidade” e que sejam estabelecidas parcerias com organizações não governamentais. O projeto previa repasses financeiros decrescentes, ao longo de quatro anos, por parte da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) para determinado município ou estado [...] (Sposito, Carrano, 2003, p. 26)

Não tão distante da perspectiva do primeiro modelo de CEJU, alguns anos depois o Paraná estabeleceu, em 2010, o seu programa de Centro da Juventude, determinando através dele a realização de programas e projetos voltados às crianças e adolescentes. Neste modelo, busca-se desenvolver ações da assistência social, amparando-se ao ECA e à Política de Assistência Social. A partir de uma perspectiva progressista da formação e cidadania juvenil, objetiva-se à proteção dos direitos de jovens de até 18 anos:

Este projeto norteia a constituição de práticas pedagógicas progressistas nos Centros de Juventude - espaços abertos de convivência, de formação e de cidadania dos jovens, para jovens, pelos jovens – a ser implantados pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS). Destinados à população jovem, com prioridade para 12 e 18 anos, definidos como adolescentes pelo artigo 2º do ECA e como adolescentes-jovens (15 a 17 anos), pelas políticas públicas para a juventude, o Centro de Juventude se constitui como uma das respostas do poder público paranaense à necessária implementação de políticas destinadas à juventude socialmente vulnerável. (Paraná, 2009, p.02)

É com perspectiva de efetivar os objetivos dos CEJU/PR, que se apresenta o Projeto Agentes de Cidadania, é neste projeto paranaense que estão os jovens público-alvo das ações de extensão do Juventudes e Direitos. O projeto dos Agentes de Cidadania é um projeto que visa materializar a participação de jovens nos espaços do CEJU, a partir do recebimento de uma bolsa auxílio, os adolescentes e jovens de 15 a 25 anos devem realizar projetos e participar da organização e formação de atividades dentro do centro. Estes projetos são realizados a partir dos jovens e da orientação da equipe técnica da instituição, incentivando a convivência comunitária e buscando fomentar o incentivo ao protagonismo juvenil dos usuários do CEJU, a bolsa Agentes de Cidadania é prevista na Lei Estadual nº16.021/2008 e 07/2015 (Paraná, 2015 p.4), seu objetivo é para além do benefício financeiro:

A proposta está baseada na cidadania, na convivência e na formação e tem como objetivo possibilitar aos adolescentes e jovens a produção e o acesso aos bens culturais e artísticos, a participação em atividades esportivas e o desenvolvimento de ações que favorecem a sua formação pessoal, profissional e política. [...] Essa ação objetiva incentivar o “protagonismo juvenil”, como potencial de tornar a vivência de adolescentes e jovens mais frutífera tanto para si como para a sociedade em geral. Sendo protagonistas, os adolescentes e jovens tem a oportunidade de construir sua identidade de maneira positiva, a partir do pertencimento à comunidade e da participação social. [...] Tal proposta busca aliar o potencial de liderança e conhecimento dos adolescentes à necessidade de atenção prioritária à população infanto-juvenil mais vulnerabilizada, criando, dessa forma, oportunidade concreta de participação social para os adolescentes e jovens atuarem em favor de suas comunidades, em especial das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo atividades educativas, socializadoras e de produção cultural. (Paraná, 2015, p.3-5).

O projeto dos Agentes de Cidadania tem um papel importante na disseminação da ação política e da participação social, atrelado ao benefício financeiro, possibilita aos jovens de 15 a 25 anos, uma oportunidade de se aproximarem de experiências sociais éticas e políticas. É um instrumento potencializador na formação política juvenil crítica, se atrelado a uma direção social fundamentada aos interesses de um projeto ético-político. Mas assim como todo projeto bem-intencionado para a classe trabalhadora, o neoliberalismo emergente nas instituições do Estado busca por enxugar os recursos que determinam o funcionamento do mesmo e atualmente o projeto passa por falta de ajuste no valor das bolsas, e muitas vezes ocorrem atrasos nos pagamentos e cortes das bolsas, ao menos o que se tem observado no contexto de Foz do Iguaçu.

A partir da perspectiva concreta de que os programas e projetos institucionalizados para as juventudes nestes espaços são anteriores ao EJUVE, é possível perceber que este desalinhamento temporal das legislações vigentes acaba invisibilizando estratégias que materializem políticas públicas para os jovens de 15 a 29 anos. Novamente este percalço aparece como um desafio histórico na luta pelos direitos das juventudes e é neste sentido que o projeto de Extensão Juventudes e Direitos se apresenta ao CEJU-Foz. Posiciona-se como uma alternativa e complementar às políticas orientadas pelo ECA na instituição, introduzindo o debate através das perspectivas de políticas públicas que materializem os direitos previstos no EJUVE, ao divulgar a lei e debater as perspectivas reais para enfrentar estas contradições.

As ações do projeto são conduzidas por uma gestão em equipe, que é colaborativa e horizontal, composta pela coordenação do projeto, pelo bolsista, voluntários e estagiárias do estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social no projeto de extensão. Na realização das atividades, a escolha dos temas para as oficinas partiu das demandas dos jovens participantes do projeto e são temas de seus interesses. A equipe do projeto, majoritariamente jovem, consegue criar um vínculo de respeito e igualdade entre o grupo, a partir das noções do reconhecimento e pertencimento. Os diálogos passam a acontecer de forma natural, não havendo a necessidade de “forçar” a participação dos jovens, assim, os mesmos se veem como parte do processo e buscam ser participativos autonomamente. A reflexão parte sempre sobre os direitos que não são acessados e nestas trocas de saberes, é possível relacionar a realidade com a teoria (Lei). É no embate da teoria com a realidade que a contradição do sistema capitalista se apresenta aos jovens a partir deles mesmos, e é aqui que apresenta o posicionamento do Serviço Social. A apresentação de projetos de sociedades anticapitalistas, contrapõe a proposta dada da competitividade e coloca a proposta da coletividade a partir de uma crítica à falta de acesso aos direitos. O projeto de Extensão Juventudes e Direitos é o responsável pela formação ética-política e cidadã dos Agentes da Cidadania do CEJU-Foz e com o desdobramento das oficinas, observou-se a materialização de discussões concretas alinhadas aos seguintes direitos: Direito à Cidadania, à Participação Social e Política, bem como à Representação Juvenil; Direito à Educação; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; e o Direito ao Território e à Mobilidade. É a partir do trabalho do direito à participação social e política, através da dimensão educativa do Serviço Social que a extensão se inseriu como instrumento de formação política, que resultou na organização e participação ativa dos jovens nos espaços de disputas políticas (conferências).

4.3 A Voz da Juventude

Ao mesmo tempo, ocorria sob coordenação das mesmas docentes e grupo de trabalho o projeto de extensão “A Voz da Juventude”, um projeto pensado para ser um programa na “Web Rádio Nossa Voz” do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu (CDHMP) que iniciou suas atividades em dezembro de 2020, disponibilizando nas plataformas o seu primeiro programa em março de 2021. O objetivo proposto inicialmente ao projeto era ‘*dar voz aos jovens*’, através dos programas e disponibilizá-los nas plataformas digitais para informar, divulgar e debater com jovens, pesquisadores e ativistas de direitos humanos, sobre os direitos, demandas e condições de vida dos jovens que vivem nas cidades da Tríplice Fronteira. Já seu objetivo geral e objetivos específicos são:

5.1 Objetivo Geral: Dar voz aos jovens através do programa de rádio “A voz da Juventude” na Rádio do CDHMP para informar, divulgar e debater com jovens, pesquisadores e ativistas de direitos humanos sobre direitos e demandas das juventudes dos países da Tríplice Fronteira, a partir das condições de vida dos jovens que vivem nas cidades da Fronteira, especialmente em relação aos aspectos: educação, trabalho, saúde, pobreza e violência, bem como em relação às formas existentes de organização e de discussão sobre políticas públicas para a juventude. 5.2 Objetivos específicos: Manter o Programa de rádio “A voz da Juventude” sobre a temática das juventudes; Apurar as formas e espaços de organização dos jovens na tríplice fronteira; Identificar os espaços e equipamentos públicos e/ou organizações que atuam com projetos, programas ou políticas com jovens; Contribuir no estabelecimento e/ou fortalecimento de espaços de troca de experiências, socialização e fortalecimento de jovens no âmbito das três fronteiras, buscando instigar os diálogos entre organizações e movimentos de jovens; Instigar a integração dos debates sobre direitos e políticas de juventude nas cidades de fronteira; (Sander, Lira, 2022, p.12-13)

Enquanto extensionista bolsista do projeto A Voz da Juventude em 2022, pude refletir sobre a função social do projeto diante dos seus objetivos gerais e específicos no contexto da comunicação social, a partir dos programas, fundamentá-los com referências bibliográficas científicas nas perspectivas do Serviço Social. O método materialista-histórico-dialético permitiu visualizar o projeto de extensão como espaço de fortalecimento do debate e de conscientização crítica sobre os direitos das juventudes, para além da perspectiva de ‘*dar voz aos jovens*’. O Projeto de Extensão A Voz da Juventude se tornou instrumento de divulgação do Estatuto da Juventude e de acesso ao Direito à Comunicação Social e à Liberdade de Expressão Juvenil (Brasil, 2013), produziu entre o

período de 2021 a 2024, 25 programas de temáticas emergentes voltadas aos contextos envoltos às juventudes da tríplice fronteira.

No período, em que estive como bolsista da extensão a Voz da Juventude (2023), buscamos expandir os canais de comunicação do projeto, através de redes sociais. Pautava-se também a intenção unificar os projetos Juventudes e Direitos e A Voz da Juventudes, em um “guarda-chuva” que colocasse o programa dentro do leque dos Juventudes e Direitos. Entendia-se que ambos os projetos trabalhavam juntos, e perceber A Voz da Juventude como um espaço de comunicação social e logo, uma ferramenta de consolidação do direito previsto EJUVE, compactuou com os objetivos mútuos do Juventudes e Direitos. Sendo assim, ampliou-se a presença dos projetos nas redes sociais, para divulgar os conteúdos produzidos e a integrando-os e definindo suas redes sociais Instagram²⁴, Facebook²⁵ e YouTube²⁶ como @juventudesdireitos. Para além dos objetivos, a equipe era a mesma para ambos os projetos e a trabalho sempre aconteceu de forma horizontal e autônomo. Este processo demandou reflexões acerca dos objetivos do projeto nas redes sociais, acima de tudo, as responsabilidades desta ferramenta em consonância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), materializando um termo de autorização de som e imagem dos participantes das extensões. Não só para as gravações, considera-se a autorização para publicar fotos das ações de extensão a fim de divulgação científica, o termo garante a proteção dos jovens participantes e possibilita o uso e reprodução responsável e consciente dos conteúdos divulgados pelo projeto. Assim como no projeto, o CEJU-Foz também preza pela segurança da imagem e da liberdade de expressão dos jovens, por realizar diversas produções audiovisuais, também dispõe no ato de matrícula um termo de autorização de uso e imagem dos participantes. Contextualizamos aqui o projeto A Voz da Juventude, pois se apresenta neste trabalho como o canal que hospeda o conteúdo público analisado neste trabalho que será apresentado no próximo tópico.

²⁴ Instagram: <https://www.instagram.com/juventudesdireitos/>

²⁵ Facebook: <https://www.facebook.com/juventudesdireitos/>

²⁶ YouTube: <https://www.youtube.com/@juventudesdireitos>

4.4 Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi

No fim de outubro de 2022, o Centro da Juventude Jardim Naipi solicitou ao projeto de extensão Juventudes e Direitos que realizássemos formações políticas voltada para a participação social e ativa dos jovens na 9ª Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Foz do Iguaçu, que seria no dia 17 e 18 de novembro de 2022. Sendo o CEJU um programa estadual que antecede a promulgação do Estatuto da Juventude, como já relatamos anteriormente, o mesmo é regido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069 de 1990) e assim, é de fundamental importância que os adolescentes e jovens usuários do programa participassem da conferência, sendo público-alvo da Política. A partir desta consciência que o projeto Juventudes e Direitos começou o trabalho de formação política para que pudessem participar da conferência preparados politicamente. A primeira etapa da ação da formação foi apresentar aos jovens presentes o Documento Orientador da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA)²⁷, este documento atrelado ao Estatuto da Criança e do Adolescente foi essencial para nortear as formações que vieram a orientar a construção de propostas nos 5 eixos da conferência municipal. Planejamos ações para este pedido, que resultaram em três oficinas com objetivos formativo-crítico:

Oficina I: Apresentação da história da democracia e do Estado pela ótica materialista-histórico-dialética, utilizando como material pedagógico slides no powerpoint²⁸, produzido pela autora que vos escreve. Esse material foi pensado a partir da história da luta de classes, associando às contradições do sistema capitalista com as realidades do Centro da Juventude, trabalhou-se também as responsabilidades dos três poderes na democracia representativa e da participação social, associando os espaços de conferência enquanto espaço de manutenção da democracia.

Oficina II: Apresentação o Estatuto da Criança e do Adolescente, com escuta ativa da compreensão dos jovens sobre o que eles entendiam pelas pré-conferências e conferências. Debatendo a importância do papel dos delegados com poder de voto nestes espaços, utilizando como aporte de referência o Programa Nº17

²⁷ Documento Orientador da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA) disponível em https://www.12cndca.org/files/ugd/3ccff0_f6fd299fcaeb465fadf11761460b1012.pdf

²⁸ Apresentação "A nossa amiga, Democracia" <https://docs.google.com/presentation/d/12BatE7uQXLqmN1F8ts3ZYV-t8-KxGfhs68q-ZCvfh08/edit?usp=sharing>

“Juventudes, participação social e democracia”²⁹ da extensão A Voz da Juventude, este programa fala sobre a importância da participação social e dos espaços democráticos ocupados pelas juventudes, nele são entrevistados jovens participantes de movimentos sociais e políticos, do movimento estudantil, sem-terra e indígena.

Oficina III: Gravação do programa no projeto de extensão A Voz da Juventude como um relato de experiência sobre a participação que tiveram na conferência e sobre o processo de formação que antecedeu a prática da participação social dos jovens, materializado através do Programa nº 17 “Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi”³⁰, publicado no canal do YouTube, Juventudes e Direitos, Site do CDHMP e veiculado no mês de abril de 2023 na programação da Nossa Rádio CDHMP. Enquanto extensionista bolsista da Voz da Juventude na época, tive a oportunidade colaborar na produção do roteiro³¹ dessa gravação, conforme descritas na Tabela 1. Vale ressaltar, que as questões foram feitas no programa considerando a linguagem informal utilizada com o grupo, sendo assim, não foram lidas conforme estavam no roteiro, mas foram ditas através de falas livres da formalidade entre os jovens. Nos Anexos deste trabalho, trago algumas fotos das ações realizadas!

Tabela 1: Roteiro de perguntas que nortearam a gravação do programa “Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi”

1) Apresentação: Nome, Idade, Projeto que faz no Agentes de Cidadania;
2) Como foi para vocês construírem propostas nas formações que antecederam a conferência? Você acha que foi importante essa formação que tivemos antes da conferência?
3) Teve alguma proposta que te chamou mais a atenção?
4) Teve algum momento na conferência em que você se indignou e como foi para vocês participarem dessa Conferência?

Fonte: Arquivos do projeto de extensão A Voz da Juventude.

²⁹ Programa Juventudes, participação social e democracia:

<https://www.youtube.com/watch?v=ldJZOcARHU4>

³⁰ Programa *Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi* disponível em: <https://youtu.be/c9s-lepKexQ?si=b2EQ-pa4AYgUn1Cy>

³¹ Roteiro do *Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi*: https://docs.google.com/document/d/1rs-PpH_1tGD1WVnwMGe1zuCHld77u6jplCYji3Tjl_0/edit?usp=sharing

O programa foi gravado na Universidade Federal da Integração Latino-Americana no Campus Jardim Universitário no dia 25 de novembro de 2022, mas só veio a ser publicado em 30 de março de 2023, sendo um programa de domínio público, hospedado no YouTube e de acesso aberto a qualquer pessoa com internet no canal Juventudes e Direitos. Não havia obrigatoriedade da participação dos jovens na gravação, sendo um espaço com metodologia de microfone aberto, este espaço de diálogo se faz instrumento amparado legalmente pelo Art. 26 e Art. 27 do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013). Embora os jovens se apresentem no início do programa, mas opto na transcrição das falas em não os identificar por seus nomes, na transcrição serão identificá-los como “*Jovem A, Jovem B...*” para fala dos participantes e “*Bolsista Juventudes e Direitos*” e “*Bolsista A Voz da Juventude*” para os extensionistas. Os relatos que foram selecionados estão dispostos na Tabela 2 e Tabela 3.

As perguntas da Tabela 1, tinham como objetivo nos aproximarmos da percepção dos jovens a partir das atividades de formação ético-política que realizamos antes da conferência (conforme descrito no tópico anterior). A ideia das perguntas surgiu como instrumento de avaliação participativa das nossas ações diante daquele período, uma vez que se tratava do fim de ano, foram perguntas importante para conseguirmos mensurar qualidade e a direção social das ações, além da recepção positiva dos jovens diante das metodologias utilizadas. Faz parte da gestão do Projeto de Extensão Juventudes e Direitos e da iniciativa do bolsista realizar constantes consultas aos participantes referentes às metodologias das atividades e as respostas evidenciam a direção social que levava os objetivos das formações que antecederam a conferência. Considerando o contexto e a linguagem utilizada, as duas primeiras perguntas saíram desta forma na gravação: 1. *Como foi para vocês realizarem as propostas nas formações que antecederam a Conferência?* 2. *O que você achou das formações que tivemos?*

Tabela 2 – Principais respostas extraídas do programa, “*Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi*”

<p>Jovem A (05m25s): Bom o que eu achei da formação que a gente teve, é que a gente teve um conhecimento muito maior de muita coisa que a gente não sabia, [...] a gente teve voz de poder perguntar, de poder tirar dúvida, de poder falar o que a gente achava. De poder saber de tudo sem ficar cortando parte que a gente “não deveria saber”.</p>
<p>Jovem B (06m44s): “Eu achei a ideia das propostas, muito revolucionários assim eu diria. Difícil você ver algo assim hoje em dia no Brasil [...] ver jovens assim, lutando pelo direito de querer opinar ou colocar seu direito em uma coisa, que tipo raramente acontece [...] o que está mais enraizado hoje na cabeça de quem é jovem, são coisas implantadas pelo sistema através da mídia [...] por isso que eu achei muito da hora assim, e</p>

revolucionário realmente, ver jovens assim opinando por aquilo que ele quer e não pelo que os outros querem e acham que você quer, então acho que foi da hora.”

Jovem C (06m02s): “Eu achei a conferência bem interessante assim, porque a gente conseguiu saber mais sobre a própria democracia e saber mais sobre os nossos direitos que na maioria das vezes a gente é privado disso porque o adultos pensam: “ah, adolescente não tem a cabeça certa no lugar, aí você não sabe tomar suas decisões sozinho”, então é sempre bom a gente ter uma base de um conhecimento para a gente poder defender nossos direitos.”

Bolsista A Voz da Juventude (10m10s): Bom, eu achei que o processo de formação com os agentes antes da conferência foi extremamente importante para a autonomia deles, para que naquele espaço da conferência eles não estivessem lá sem entender o que estava acontecendo [...] a gente foi sabendo o que a gente ia fazer. Então, essas formações antes de estar nesse espaço de disputa que é uma conferência fez a gente estar lá [...] sabendo o porquê que é que é importante a nossa participação naquele lugar. As formações políticas são para isso, são para gente tomar espaço político, para não ser massa de manobra e mudar alguma coisa. Não é porque somos adolescentes que a gente não sabe o que está falando, que a gente não sente, que a gente não sabe o que quer! Muito pelo contrário, a gente tem muitas ideias do que a gente quer, e a gente quer ter oportunidade e é só nas conferências que a gente consegue debater sobre essas oportunidades.

Bolsista Juventudes e Direitos (18m41s): Muito massa gente, construímos bastante proposta, escrevemos propostas em relação ao Centro da Juventude, sobre as praças quanto espaço público ocupado pelas juventudes, a gente falou também sobre o debate do passe livre, mobilidade urbana. Então são vários processos aí que a gente está articulando com as nossas propostas.

Fonte: Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi, 2023

O reconhecimento do protagonismo juvenil aparece no programa, quando os participantes relatam que apenas o Centro da Juventude havia pensado e se preparado para levar propostas até a conferência. E foi a partir da aproximação com os documentos e legislações oficiais da conferência nacional e com metodologias lúdicas (como por exemplo: brincadeira de torta na cara com perguntas sobre o ECA), que os jovens se viram preparados para idealizarem as propostas³² e a partir de suas vivências, demandas e necessidades assim, participaram de forma organizada na conferência municipal, elegendo as propostas construídas em grupo em todos os eixos da Conferência. Diante das respostas é possível percebermos que as formações socioeducativas realizadas pelo projeto de Extensão Juventudes e Direitos foram essenciais para a participação ativa dos adolescentes e jovens na conferência, uma vez que os estigmas dos saberes de adolescentes e jovens são constantemente confrontados e/ou contestados pelos saberes dos adultos. O espaço de aprendizagem política se torna também, um espaço de segurança, confiança e liberdade de expressão diante da troca de conhecimentos crítico

³² Propostas que foram levadas para a conferência: https://docs.google.com/document/d/1BCHwONX9-no6Ev-ZJJHbyNAbRWXi6t5ErgB_t5PewaU/edit?usp=sharing

sobre a democracia, o papel do Estado e dos processos democráticos. A resposta em especial do Jovem B, se explicita naquilo que Lenin caracteriza como *papel de social-democratas*, ao dizer que é o “nosso dever sempre intensificar e ampliar o nosso trabalho e influência das massas” (Lenin, 1962, p.02), referenciando-se a formação política amparada no marxismo como teorização e instrumentalização do trabalho de base que atinja a consciência da classe trabalhadora. O principal objetivo destas ações era incentivar a participação social política dos adolescentes e jovens a partir da consciência de classe e organização autônoma e orgânica dos jovens do CEJU-Foz, o que a partir das demais falas do programa, aparecem motivadas por diversas contradições que levaram os jovens à conferência.

Não há como não comentar das outras falas referentes às propostas, que majoritariamente aparecem no programa e que foram referentes à revogação do Novo Ensino Médio e pelo fim das Escolas Militares, uma vez que esses em especial aparecem no programa como formatos de ensino que não garante a segurança física dos estudantes. A segunda e última pergunta do roteiro que trago para análise, foi expressa da seguinte forma: *Teve algum momento na conferência que ficou indignado? Como foi para você participar da conferência?*

Tabela 3 – Principais respostas extraídas do programa, “*Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi*”

<p>Jovem D (19m29s): O Centro da não poder participar da conferência estadual com delegado, porque tem direito a voto [...] fiquei muito indignada, a gente foi quem carregou a conferência, a gente levantou quase todas as propostas que tão lá, a gente carregou aquilo lá e agora a gente não pode nem participar? Acho que não está justo isso.</p>
<p>Jovem E (19m55s): Ok, por onde eu começo? Fiquei indignada que a gente não tem direito de voto, sendo que a maioria das propostas a gente que levou, a gente que carregou. A gente foi quem mais se pronunciou, que mais pensou naquela conferência e basicamente a gente quase não teve direito de nada naquele lugar, então...</p>
<p>Jovem F (20m17s): E até mesmo as ONGs que estavam lá presentes não tiveram essa percepção de trazer tópicos interessantes, que poderiam ajudar a juventude como diversas áreas, e isso me causou uma indignação muito grande, pois eles tiveram tempo suficiente para pensar algo interessante de se trazer e de levar até lá, e eles não trouxe. E a gente como jovens, teve essa mentalidade de levar tópicos interessantes que poderiam, que podem ajudar a gente futuramente e a gente foi totalmente diferente das ONGs que estavam lá presentes e é isso.</p>
<p>Bolsista Juventudes e Direitos (27m03s): Cara, eu acho que tem muita coisa para ser falada! A gente entende que seriam necessários vários programas, justamente para falar um pouquinho dessa participação deles na conferência, porque rolou muita coisa, né! A gente teve que se mobilizar lá na hora, porque era uma conferência de participação de criança e de adolescente, onde estava sendo votado que não teria representatividade de criança e de adolescente com direito de voz e voto na etapa estadual, então a nossa mobilização diz respeito a nossa atuação (profissional) também. Então seriam necessários vários programas para a gente problematizar em torno desta questão, a gente sabe que é um problema estrutural, a gente sabe o contexto político que a gente tá passando no momento, até agora pouquíssimo tempo a gente estava numa gestão totalmente genocida, precarizada, antidemocrata. Então a gente entende que todos os</p>

conselhos também foram afetados, não só financeiramente, mas ideologicamente. Então é como a gente falou no início, é um processo de retomada e vamos problematizar e vamos incomodar [...]

Fonte: Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi, 2023

A segunda pergunta tinha por objetivo compreendermos a opinião dos jovens sobre suas participações na 9ª Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que diante de percalços burocráticos determinaram a não participação dos mesmos na etapa Estadual. A justificativa do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) na conferência, foi de que a resolução do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PR) determinou duas vagas de delegados para Foz do Iguaçu, destinadas aos movimentos sociais. Os delegados eleitos para a etapa Estadual, não foram as crianças e adolescentes ali presentes e sim, dois adultos representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSC), que também não representavam movimentos sociais.

Em contrarresposta, os jovens do CEJU-Foz se recusaram a votar nos candidatos sugeridos e ergueram uma moção de recomendação para que as vagas fossem para as crianças e para os adolescentes. Com a moção aceita pela plenária, conseguiram eleger quatro adolescentes representantes de todas as instituições ali presentes (incluindo o CEJU-Foz), sendo dois delegados e dois suplentes. No entanto, essa eleição não garantiu a presença dos jovens com poder de voto, pois o CMDCA informou que ainda iria solicitar ao CEDCA-PR a inclusão destes delegados na etapa Estadual e que entraria em contato com os eleitos, a resposta desta solicitação à estadual nunca aconteceu. Nas respostas dos Jovens D, E, F, é possível percebermos a indignação sobre o esvaziamento político das instituições que participaram da conferência, pois, apenas os delegados do Centro da Juventude-Jardim Naipi levaram propostas para serem debatidas nos Grupo de Trabalho (GT) dos eixos, responsáveis por majoritariamente todas as propostas eleitas.

As falas explicitam o cenário atual da despolitização das políticas sociais, como assinala Behring (2009), uma vez que os espaços de participação social atravessam um momento de reconstrução, uma vez que muitos conselhos de direitos foram desconfigurados durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) como nos lembra a fala do Bolsista Juventudes e Direitos. É na perspectiva de resistência ao conservadorismo, que a dimensão educativa do Serviço Social, pautada através do Código de Ética do Assistente Social e do Projeto Ético Político se apresentou nestas ações. A partir da autocrítica necessária para sua fundamentação, o Serviço Social se mostra como instrumento

importante para a consolidação da democracia, principalmente dentro das esferas da extensão universitária e da formação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente Trabalho de Conclusão de Curso foi evidenciar a Dimensão Educativa do Serviço Social nas ações de Extensão Universitária como instrumento de consolidação da democracia, mas para tanto, fez-se necessário buscar a Dimensão Educativa no bojo do Serviço Social e a compreendê-la nos contextos em se apresentou no século passado, diante das condições sócio-históricas e conservadoras nas quais a profissão se desenvolveu no país. Esse resgate histórico foi fundamental para compreender e reconhecer esta dimensão na contemporaneidade numa sociedade com uma democracia consolidada. O Serviço Social, historicamente, esteve na formação de base da classe trabalhadora, mas a favor da burguesia e do conservadorismo, este passado está em parte superado, mas é preciso avançar mais, as referências apontam para uma direção progressista na instrumentalização da Dimensão Educativa, que deve ser pensada a partir da consolidação da democracia através da cidadania.

Como no Código de Ética do Assistente Social e no Projeto Ético-Político do Serviço Social, na Política Nacional de Extensão Universitária também está presente a perspectiva de justiça social, tal qual na função social da Universidade Pública. Assim, é preciso reconhecer as potencialidades da Extensão Universitária enquanto instrumento do Serviço Social na formação de base da classe trabalhadora, principalmente no contexto da participação social enquanto instrumento de consolidação democrática. A dimensão educativa, se apresenta nas ações de extensão enquanto instrumento de trabalho do Assistente Social docente, seja na supervisão de estágio de campo/acadêmico, seja no planejamento pedagógico das atividades, na orientação de trabalhos através das três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que embora não trabalhadas especificamente neste trabalho, foram visualizadas no decorrer da instrumentalização da dimensão educativa na extensão universitária.

A Extensão Universitária apresenta potenciais de pesquisa, não existe extensão sem pesquisa, mas isto tem sido pouco explorado no campo teórico de produção científica do Serviço Social, transparecendo uma carência nas produções quanto ao exercício profissional na ótica da dimensão educativa, da gestão e planejamento. Diante do empobrecimento crítico causado pelo desenvolvimento ideológico do neoliberalismo nas políticas públicas e instituições da sociedade brasileira, a Extensão Universitária vem como um contraponto à ofensiva conservadora e elitista que se faz presente na universidade (FORPROEX, 2012). É a partir da Política Nacional de Extensão (2012) que se possibilita

uma perspectiva crítica e social que as universidades devem imprimir em suas concepções de extensão. Sendo uma temática que se apresenta como um desafio em potencial para novas pesquisas e produções teórico-metodológicas, que se debruçam diante da gama de possibilidades de atuação do assistente social e de suas dimensões predominantes na extensão universitária.

Estas considerações apontam para desafios como a de implementação da Curricularização da Extensão no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, a fim de que a Extensão Universitária seja parte da formação profissional e assim, possibilite novas produções científicas sobre suas ações, nas diferentes dimensões que possam se apresentar na profissão. A análise realizada no programa nº17 da A voz da Juventude - “*Relatos de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi*” desde as formações que antecederam a sua gravação até o resultado por através dele possibilitou elucidar que a Extensão Universitária se torna um instrumento rico para o Serviço Social na materialização dos nossos objetivos societários, pois, no decorrer da apresentação das ações de extensão, as mesmas se alinham com a o Projeto Ético-Político, uma vez que:

“ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programa sociais; a ampliação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras” (Netto, 1999, p. 16).

Desta forma, a Dimensão Educativa se mostra nas ações socioeducativas junto aos jovens participantes dos Projetos de Extensão “Juventudes e Direitos” e “A Voz da Juventude” em consonância ao Projeto Ético Político do Serviço Social, potencializando a presença dos jovens enquanto protagonistas nos espaços políticos. Também emerge na reflexão sobre as ações, as atribuições privativas do Assistente Social na formação profissional enquanto docente de uma universidade pública e na sua atuação dentro da gestão e do planejamento das ações na extensão universitária no curso de Serviço Social. O que prevaleceu nas decisões tomadas durante o percurso, determinaram a direção social das ações, tomadas cada vez mais pela via da justiça social e da autonomia dos indivíduos na luta de classe. O trabalho pedagógico da extensão trouxe resultados permanentes para o município, como as propostas criadas em conjunto com os jovens do CEJU-Foz que foram eleitas na 9ª Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Para as políticas de juventude, o trabalho demonstrou as contradições presentes na história das Políticas Públicas de Juventudes no Brasil, os estigmas e os conceitos distorcidos das noções de juventudes e o desafio da materialização do Estatuto

da Juventude. Despertou-me curiosidade o fato de que o projeto de Centro da Juventude do Paraná, após 11 anos do EJUVE, ainda utiliza muito pouco o estatuto como lei regulamentar. Essa desarticulação interfere na organização hierárquica e institucional; impedindo deliberações orçamentárias voltadas para o público jovem e se dá pela concepção neoconservadora que Estado vem desenvolvendo em suas políticas. Logo, as concepções do jovem que permanecem presentes seguem sendo a estigmatizada, a do problema que deve ser resolvido com a coerção (Escolas Cívico Militares), com o tempo livre que deve ser resolvido pelo trabalho ou estudo integral (Novo Ensino Médio). Não é à toa que estes temas são falados pelos jovens no programa analisado, embora não fizessem parte do objeto de análise, as falas se mostraram extremamente pertinentes, uma vez que o debate sobre a educação não ocorre com os estudantes.

Para a formação profissional, a experiência com os projetos e as perspectivas críticas sobre a Extensão Universitária, possibilitaram reconhecer as competências e as atribuições privativas do Assistente Social no campo da docência. Inseridas em uma instituição de ensino e contratadas como docente, a professora Assistente Social precisa ser um profissional do Serviço Social com registro ativo no Conselho Regional Federal de Serviço Social. Dito isto, esse espaço de trabalho é um espaço de atuação profissional e na extensão universitária, essa atuação se faz interventiva. Independente do registro disposto em carteira de trabalho, uma vez que as escolas de formação profissional e a supervisão acadêmica (estágio supervisionado, pesquisa etc.) também são atribuição privativa do Assistente Social, deve corresponder ao Código de Ética do Assistente Social e ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Compreender estas perspectivas do trabalho do Assistente Social na docência é um desafio mediante a não associação de uma coisa com a outra, uma vez que o fazer institucional tende a sucumbir os princípios profissionais.

Diante deste contexto, o processo deste trabalho indagou diversos debates que ainda possuem escassas produções no campo teórico do Serviço Social. Um deles é a relação profissional do Assistente Social no campo da docência, principalmente na Extensão Universitária, quais são suas atribuições privativas, como elas se colocam neste espaço de trabalho? Este questionamento traz potencialidades desse espaço de atuação profissional, que embora este trabalho, limitou-se apenas nas ações da extensão, não se aprofundou na experiência do Estágio Obrigatório Supervisionado na Extensão Universitária, sendo esta outra temática pouca abordada no Serviço Social. Ambas as temáticas envolvidas sobre a Extensão Universitária e o Serviço Social são importantes e possibilitam o início de aprofundamento a partir de um projeto de mestrado.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social - (org.). **Curricularização da extensão e Serviço Social**. 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-divulga-documento-sobre-a-curricularizacao-da-extensao-591>.

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia de (Org). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa. 2005, p. 19-35.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. p.37-72.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (Brasil) (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. 2009. p. 1-873.

BEHRING, Elaine Rosseti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852, de agosto de 2013**. Secretaria Nacional da Juventude. - Brasília: SNJ, 2014. 48p. ISBN 978-85-85142-40-7

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Atualizado em 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n. 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. 10ª Edição. ed. rev. e atual - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 p. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

BRASIL. Constituição (2010). **Emenda Constitucional nº 35, de 13 de julho de 2010**. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, DE 13 DE JULHO DE 2010. Brasília, 13 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm . Acesso em: 25 set. 2024

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena (org.). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. 262 p. Disponível em: <https://sstransformandorealidades.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/09/codigo-de-etica-comentado.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social Maria. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília, p. 1-24, nov. 2009. Disponível em: <https://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>.

CARRANO, Paulo. Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011. p. 235-249.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 5ª ed. São Paulo. Editora Cortez. 2000. 176 p.

CDHMP (Foz do Iguaçu). Centro de Direitos Humanos e Memória Popular. Nossa Rádio: **A Voz da Juventude**. In: **CDHMP (Foz do Iguaçu). Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (org.). Nossa Rádio: A Voz da Juventude**. Foz do Iguaçu, 2020-2022. Disponível em: <https://nossaradioradiocdh.minharadio.fm/>.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Políticas sociais na contemporaneidade: o fim do caminho? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 232–243, 2014. DOI: 10.15448/1677-9509.2014.2.18165. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/18165>.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002. 127 p.

FORPROEX. Fórum De Pró-Reitores Das Instituições Públicas De Educação Superior Brasileiras (Brasil). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. 68 p. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2000. 325 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 216 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 439–461, set. 2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. Sobre a Confusão entre Política e Pedagogia: junho de 1905. **Lenin Collected Works**: Foreign Languages Publishing House, Moscou, v. 8, p. 452-455, 1962. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/06/confusao.htm>.

LENIN, Vladimir Ilitch. Do Livro Quem São os "Amigos do Povo" e Como Lutam Contra os Social-Democratas? In: LENIN, Vladimir Ilitch. **A aliança operário-camponesa**. [S. l.]: Editorial Vitória, 1966. p. 9-23. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/alianca/index.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 6ª ed. São Paulo. Editora Cortez. 2000. 165 p.

MARX, Karl. **O Capital: Livro I - O processo de produção do Capital**. [S.L]: Boitempo Editorial, 2013. 1493 p. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O grupo no trabalho de assistentes sociais e sua dimensão educativa. In: CLAUDIO H. M. HORST; TALITA FREIRE (Minas Gerais). Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (org.). **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023. p. 1-153.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 334 p.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Brasília, ano 1999, p. 1-22, 1999.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000; 11-18 p.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; OLIVA, Olga Brigitte; ARRAES, Juliana; GALLI, Carolina Yoshii; AMORIM, Gustavo Galli de; SOUZA, Luana Alves de. SOCIOEDUCAÇÃO: Origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, ano 2015, v. 20, n. 4, p. 575-585, out./dez. 2015. DOI <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.28456> . Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28456/pdf> .

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de (org.). **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 277 p.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social**. Centro da Juventude. Governo do Paraná: Secretaria da Justiça e Cidadania. Curitiba, 2009, 65 p. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Capacitacao/centro_juventude/ap_capacitacao_cj.pdf .

PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social. Bolsa Agente de Cidadania nos Centros da Juventude. Projeto: Bolsa Auxílio Agentes de Cidadania para Adolescentes dos Centros de Juventude. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, Brasil, 2015. p. 1-15

PARANÁ. DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. **Maior ocupação do Paraná, comunidade do Bubas inicia projeto de regularização fundiária com apoio da DPE-PR**. 2022. Disponível em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Maior-ocupacao-do-Parana-comunidade-do-Bubas-inicia-projeto-de-regularizacao-fundiaria-com>. Acesso em: 03 out. 2024.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. Dimensão Educativa do Serviço Social. In: MESQUITA, Andréa Pacheco; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes (Org). **Dicionário Crítico: estágio supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza, 2019; 46-51 p.; ISBN 978-85-54203-14-6.

RELATOS de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipe. Produção de Joyce Aparecida da Luz Colaço; Daniel Felipe Araides. Realização de Projeto de Extensão A Voz da Juventude. Coordenação de Cristiane Sander. Roteiro: Joyce Aparecida da Luz Colaço; Daniel Felipe Araides. Foz do Iguaçu: A Voz da Juventude, 2023. (31 min.), mp3, son., color. Legendado. Série 10. Disponível em: <https://youtu.be/c9s-lepKexQ?si=gLHaFAj-4rRCzaPR> . Acesso em: 13 set. 2024.

SANDER, Cristiane; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Transversalidade, intersectorialidade e trabalho na política de juventude: novas demandas para o Serviço Social. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, v.19 (1), e.10502, p.1 -12, 2019.

SANDER, Cristiane; LIRA, Talita de Melo. In: UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana (PROEX). Projeto de Extensão, 2022. **Juventudes e Direitos**, Foz do Iguaçu, Paraná: ILAESP - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, ano 2022, v. 2, p. 1-16, 2022.

SANDER, Cristiane; LIRA, Talita de Melo. In: UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana (PROEX). Projeto de Extensão, 2022. **“A voz da Juventude” – Juventudes e direitos na Tríplice Fronteira**, Foz do Iguaçu, Paraná: ILAESP - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, ano 2022, p. 1-17, 2022.

SANDER, Cristiane. In: UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana (PROEX). Projeto de Extensão, 2024. **Juventudes e Direitos – A Voz da Juventude**, Foz do Iguaçu, Paraná: ILAESP - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, ano 2024, p. 1-20, 2024.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza. BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2012. p. 15-38

SANTOS, Francisco Carlos Ribeiro. **A Função Educativa no Serviço Social: Uma abordagem ontológica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió. 2020; 122 p.

SANTOS, Valdeir Cesário dos; FILHA, Maurides Batista de Macêdo. Limites e Possibilidades do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto em Anápolis - GO. In: FERNANDES, Maria Nilvane; COSTA, Ricardo Peres da (org.). Socioeducação no Brasil: Intersetorialidade, Desafios e Referências para o Atendimento. 1. ed. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2019. v. 1, cap. 5, p. 100- 119. ISBN 978-65-80599-06-6.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16–39, set. 2003. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>

SILVA, Soraya Petla; QUIMELLI, Gisele A. de Sá. **A extensão universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto**. Revista Emancipação. Ponta Grossa/PR, v.6, n.1, p. 279-296, 2006.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2: A Pesquisa Científica. In. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Pela Universidade Aberta do Brasil - UAB e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão Para o Desenvolvimento Rural da SEAD/Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 118 p. ISBN 978-85-386-001-8 Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>

UNILA. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Conselho Universitário** in: Atos Oficiais | Resoluções. Resolução nº 37 de 07 de dezembro de 2021. Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-37-2021-consun-1318> .

YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. Separata de: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: [s. n.], 2019. p. 34-57.

ANEXOS

ANEXOS – IMAGENS DAS AÇÕES DOS PROJETOS DE EXTENSÃO “JUVENTUDES E DIREITOS” E “A VOZ DA JUVENTUDE” COM OS AGENTES DE CIDADANIA.

Dinâmica da Rede.



Fonte: Imagens de arquivos pessoais.

Protagonismo Juvenil: Perguntas e respostas do sobre o ECA.



Fonte: Imagens de arquivos pessoais.

Pós-atividade de escrita das propostas para a Conferência.



Fonte: Imagens de arquivos pessoais.

Participação na 9ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Foz do Iguaçu.



Fonte: Oficina de Fotografia CEJU-Foz

Agentes de Cidadania e bolsistas das Extensões “A Voz da Juventude” e “Juventudes e Direitos” na UNILA, gravação do Relato de Experiência.



Fonte: Imagens de arquivos pessoais.